



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025

-MODO DE DISPUTA ABERTO-

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DOM EDUARDO, BEM TOMBADO, NO MUNICÍPIO DE COROMANDEL/MG.

A Prefeitura Municipal de Coromandel-MG, CNPJ de nº 18.591.149/0001-58, através do **Agente de Contratação e Comissão de Apoio** designada pela Portaria nº 01 de 02 de Janeiro de 2025, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 14.133, de 01/04/21 e os Decretos Municipais nº 256/2023 e nº 263/2023, a Lei Complementar nº 123 de 14/12/06 e suas atualizações, além de todas as demais condições dispostas no edital, torna público aos interessados que realizará a licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, modo de disputa **ABERTO**, **seguindo o critério de MENOR VALOR GLOBAL com o regime de execução: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.**

LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:

- **DATA: 14/07/2025 ÀS 07:59H (Sete horas e cinquenta e nove minutos)**

ABERTURA DA SESSÃO E INÍCIO DA DISPUTA:

- **DATA: 14/07/2025 ÀS 08:00H (Oito horas)**

LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO: A licitação ocorrerá de forma eletrônica e poderá ser assistida de forma remota pelo site: www.licitanet.com.br

VALOR ESTIMADO: R\$ 520.247,02 (quinhentos e vinte mil duzentos e quarenta e sete reais e dois centavos).

As obras previstas neste Edital, serão executados de acordo com as especificações e quantitativos estimados, constantes dos documentos a seguir mencionados, independente de suas transcrições totais ou parciais e deverão ser rigorosamente obedecidos na apresentação da documentação e elaboração das propostas:

- a) Projeto Básico
- b) Planilha orçamentária referencial
- c) Projetos



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

d) Cronograma

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PARA REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DOM EDUARDO, BEM TOMBADO, NO MUNICÍPIO DE COROMANDEL/MG**, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e no Projeto Básico, Planilhas, Projetos, Cronograma.

1.1 A presente licitação será realizada na modalidade de concorrência, de acordo com o art. 6º, inciso XXXVIII; art. 28, inciso II; art. 29, parágrafo único; todos da Lei n.º 14.133/2021, considerando a oportunidade de maior concorrência e competitividade aos interessados, a fim de oportunizar, igualmente, maior vantajosidade e economicidade ao ente público ordenador na escala de preços a serem ofertados, bem como pela oportunidade de descentralização operacional das obras, viabilizando efetividade para concomitância da execução.

1.2 O critério de julgamento adotado será o menor preço, nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, alínea “a)”, da Lei n.º 14.133/2021, observadas as exigências contidas neste Edital e demais documentos quanto às especificações técnicas do objeto.

1.3 A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para o **regime de execução por empreitada por preço global**, nos termos do art. 46, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.

1.4 A sessão virtual da concorrência eletrônica será realizada no seguinte endereço: <https://licitanet.com.br/>, na data e horários constantes no preâmbulo deste edital, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

2.2 A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica através do sistema no site <https://www.licitanet.com.br/processos.html>.

2.3 Caberá ao Agente de contratação, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e demais documentos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

2.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

2.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Agente de contratação, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, deverão ser realizados por forma eletrônica através do sistema <https://www.licitanet.com.br/>.

2.6 O agente de contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos demais documentos.

2.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

2.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

2.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 Para participar da concorrência eletrônica, o licitante deverá estar credenciado no sistema “CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA” através do site <https://licitanet.com.br/>. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico <https://licitanet.com.br/> ou solicitadas por meio do seguinte endereço de email: contato@licitanet.com.br / fornecedor@licitanet.com.br.

3.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a Concorrência na forma eletrônica.

3.4 O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5 É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

3.5.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

3.5.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

3.5.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

3.5.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar da Concorrência na forma eletrônica; e

3.5.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA

4.1. Poderá participar desta licitação qualquer pessoa jurídica legalmente estabelecida no País, que atenda às exigências deste **Edital** e do **Projeto Básico**, que esteja devidamente credenciada, munida de chave de identificação e de senha, cujo objeto social seja compatível com o objeto do certame e que satisfaçam as condições deste Edital.

4.2. Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação, os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

a) Empresa que estiver em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação; Ressalva: É



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

possível a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 14.133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª Cam., Dou de 04/10/2011).

b) Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;
c) Empresa suspensa temporariamente do direito de licitar e impedida de contratar com este Município.

d) Enquadrada nas vedações previstas no artigo 14º da Lei nº 14.133/21 e da Lei Orgânica.

e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

f) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

g) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

h.1) O impedimento de que trata este item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

h.2) Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

h.3) O disposto nestes itens não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

h.4) Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre O rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

h.5) A vedação de que trata este item estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.3. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame.

4.4. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país.

4.5. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país.

4.6. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e no Projeto Básico, Projetos, Planilhas e Cronograma, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo.

4.6.1. Poderá ser utilizado certificado digital para a assinatura dos documentos.

4.6.2. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

4.6.3. O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.6.4. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Agente de contratação ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (<https://licitanet.com.br/>), proposta com a **DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO**, incluindo **QUANTIDADE e PREÇO, vedada a identificação do titular da proposta**, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação.

5.1.1 Em caso de identificação do titular da proposta registrada, esta será **DESCCLASSIFICADA** pelo agente de contratação.

5.1.2 A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública.

5.1.3 O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e demais documentos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas **no PORTAL e as especificações constantes do PROJETO BÁSICO**, prevalecerão às últimas.

5.1.4 Na Proposta de Preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.

5.2 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.2.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e demais documentos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.2.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.2.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.2.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.4.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.5 A falsidade da declaração de que trata os itens 5.2 ou 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.6 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.7 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos anteriormente inseridos no sistema;

5.8 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.9 Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.10 O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subseqüentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA INICIAL

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta **mediante o preenchimento no sistema eletrônico**, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário e total do item;

6.1.2 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E ENVIO DAS PROPOSTAS ADEQUADAS

7.1 No horário estabelecido neste Edital, o agente de contratação abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas NO ITEM 6.1 DO EDITAL.

7.1.1 O agente de contratação poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e demais documentos (**podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente**), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

7.2 Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, o agente de contratação obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DESCLASSIFICARÁ**.

7.3 O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexecutável, caso ele não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

7.4 Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://licitanet.com.br/>, conforme Edital.

7.4.1 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.4.2 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.4.3 **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao**



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

que cobrir a melhor oferta é de 1% (um por cento), em relação ao valor unitário estimado.

7.5 Será adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o **modo de disputa “ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.5.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.5.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.5.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.5.4 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o agente de contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.5.5 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no PROJETO BÁSICO. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, o agente de contratação, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

7.6 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

7.6.1 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

7.7 Sendo efetuado lance manifestamente inexecutável, o agente de contratação poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

7.8 A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do **item**;

7.9 No caso de desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência Eletrônica, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;

7.10 O agente de contratação, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

7.11 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br/>

7.12 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública da Concorrência Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

7.13 A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

7.14 Em relação a itens **NÃO** exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática. O sistema identificará em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

7.15 Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores a proposta mais bem classificada, depois de encerrada a etapa de lances;

7.16 A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.17 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19 Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

7.20 O disposto no item 7.14 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

7.21 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.21.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.22 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

- 7.22.2 empresas brasileiras;
- 7.22.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.22.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.23 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, seguindo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24. A proposta do licitante classificado em primeiro lugar adequada ao último lance ofertado deverá ser encaminhada no prazo de até 24 (vinte e quatros) horas no próprio sistema, a contar da solicitação do Agente de contratação e deverá:

- **Vir acompanhada das planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, o Cronograma Físico-Financeiro e Critérios de Pagamentos, bem como o detalhamento das bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES).**
- **O licitante deverá encaminhar as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, o Cronograma Físico-Financeiro e Critérios de Pagamentos, bem como o detalhamento das bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES) nos formatos PDF (devidamente assinado pelo responsável técnico) e também em EXCEL (apenas para conferência, não é necessário assinatura).**

Na planilha orçamentária e na planilha de composição do BDI, a empresa deverá propor, respectivamente, valores para os preços unitários/totais e para os Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) com duas casas decimais após a vírgula. Caso os valores mencionados sejam inseridos na planilha através de fórmulas, deverá ser utilizada a função truncar(...) do Microsoft Excel, limitando em duas casas decimais, para eliminar as divergências de arredondamento. Todos os preços unitários devem ser iguais ou inferiores em relação aos preços adotados pelo município;



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

Para preenchimento do BDI/LDI, as empresas participantes deverão observar o Acórdão nº2622/2013 – TCU – Plenário e a Lei nº 12.546/2011 vigente;

Caso a empresa opte por valores na composição do BDI/LDI fora dos limites estabelecidos pelo Acórdão Nº. 2622/2013 – TCU – Plenário, a mesma deve apresentar uma justificativa técnica, esclarecendo a definição de tais valores;

7.24.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

7.24.2 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

7.24.3 **O licitante poderá assinar a proposta final que é disponibilizada no sistema (ASSINAR P. FINAL).**

7.24.4 **O LICITANTE DEVERÁ COLOCAR NO CAMPO OBSERVAÇÃO DO SISTEMA OU INFORMAR NO CHAT; O REPRESENTANTE LEGAL PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO E DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO).**

7.24.5 **O EMAIL INFORMADO PELA LICITANTE DEVERÁ SER DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA, POIS ESSE EMAIL SERÁ UTILIZADO PARA ENCAMINHAMENTO DAS ATAS E CONTRATOS PARA ASSINATURA.**

7.25 Quando da atualização da proposta de preço, o licitante deverá atualizar observando os valores unitários e globais os quais deverão ser menores ou iguais aos valores máximos/referência expressos no projeto básico, sob pena de desclassificação.

7.26 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

7.27 É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.28 Após a negociação do preço, o agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e nos demais documentos.

8.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6 O Agente de contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de contratação por solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de contratação.

8.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.3 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.6.4 Havendo necessidade, o Agente de contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.6.5 O Agente de contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.6.6 Também nas hipóteses em que o Agente de contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.6.7 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.6.8 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o agente de contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União:
(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 –

9.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.3 Constatada a existência de sanção, o agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.1.4.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.1.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.1.6 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.1.7 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.1.8 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.1.9 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS,



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

9.1.10 Os documentos relativos à habilitação somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, no prazo de 02 (DUAS HORAS), contado da solicitação do agente de Contratação.

O licitante classificado em 1º lugar deverá encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1 A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores. No caso de alterações, será admitido o estatuto ou o contrato consolidado.

9.2.2 Se as alterações, em sua totalidade, tiverem sido consolidadas num só documento, devidamente registrado na Junta Comercial, bastará à apresentação do contrato social consolidado, documento que consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas. Do contrário, o licitante deverá apresentar a versão original (contrato de constituição da empresa) acompanhada das alterações promovidas e registradas no órgão competente.

9.3 REGULARIDADE FISCAL E OUTROS

9.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), expedida no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes.

9.3.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor.

9.3.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de Certidão emitida pela Secretaria competente do Estado, em vigor.

9.3.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município, em vigor.

9.3.5 Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, em vigor.



9.3.6 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor.

9.3.7 Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial, com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP);

9.3.8 Documento de **Identificação dos sócios da empresa com número do CPF e RG.**

9.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

Os critérios de **qualificação técnica-operacional** a serem atendidos pelo fornecedor serão:

1.4.1 Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;

1.4.1.1 Apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

1.4.1.2 Item 7.1 – Fundações e estruturas de concreto;

1.4.1.3 Item 7.2 – Instalações Hidráulicas e Elétricas;

1.4.1.4 Item 7.3 – Piso em Concreto com Acabamento Convencional.

1.4.1.5 Comprovação da **capacitação técnico-profissional**, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 –

- 1.4.1.6 Item 7.1 – Fundações e estruturas de concreto;
- 1.4.1.7 Item 7.2 – Instalações Hidráulicas e Elétricas;
- 1.4.1.8 Item 7.3 – Piso em Concreto com Acabamento Convencional.;
- 1.5 Em conformidade com o disposto no artigo 67 da Lei nº 14.133/2021, a empresa vencedora do certame deverá apresentar declaração comprovando experiência na execução de reforma, restauro ou revitalização de obras tombadas, entendidas como edificações ou bens protegidos por órgãos de preservação do patrimônio histórico, cultural ou artístico em âmbito municipal, estadual ou federal. A mesma deverá ser apresentada em papel timbrado do órgão para qual a empresa vencedora executou o serviço.
- 1.6 Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:
 - 1.6.1 Papel timbrado de quem emite (empresa privada ou órgão público);
 - 1.6.2 Assinatura do responsável da empresa pública ou privada emitente;
 - 1.6.3 Dados completos da empresa privada ou pública que está emitindo: razão social, CNPJ, endereço;
 - 1.6.4 Dados completos da empresa: razão social, CNPJ, endereço;
 - 1.6.5 Descrição dos serviços executados;
 - 1.6.6 Quantidades, duração e o período do contrato.
- 1.7 Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.
- 1.8 As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT/CRT), endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram executadas as obras ou serviços de engenharia.
- 1.9 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.
 - 1.9.1 O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a CONTRATANTE.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

1.10 Com base na Lei 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos, justificamos a limitação do desconto em até 25% para contratação de empresas especializadas em engenharia. A legislação busca garantir que a proposta mais vantajosa seja selecionada pela Administração Pública, mas sem comprometer a viabilidade e o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Descontos elevados podem gerar riscos para a qualidade e a execução do serviço, pois valores excessivamente reduzidos costumam impactar diretamente a aquisição de insumos e a contratação de mão de obra qualificada, essenciais para uma obra de qualidade e que atenda a todos os requisitos técnicos. Por esse motivo, caso o desconto oferecido seja superior a 25%, será obrigatória a apresentação de uma planilha orçamentária detalhada, com a composição de cada item. Essa planilha será fundamental para justificar o cálculo do desconto, explicando de que forma o valor final foi obtido e comprovando que o valor ofertado é exequível, sem prejuízo à qualidade e aos padrões técnicos exigidos para o projeto.

9.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA:

9.10.1 Certidão Negativa de **Falência, Concordata ou Recuperação Judicial**; expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes.

9.10.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou de outro indicador que o venha substituir.

a.1) - Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a.1.1) - Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

- publicados em Diário Oficial; ou
- publicados em jornal de grande circulação; ou
- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

a.1.2) - Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 –

- por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou

- por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

a.1.3) - Sociedade criada no exercício em curso:

- fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

a.1.4) - O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

b) - A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Grau de Endividamento (GE), que deverão apresentar os seguintes resultados: LG \geq 1,0 – LC \geq 1,15 E GE \leq 0,80 resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$
-------------	---

$\frac{\text{LC = ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$
--

GE =	$\frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}{\text{ATIVO TOTAL}}$
-------------	---

b.1) – As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em planilha ou memória de cálculo juntados ao balanço.

b.2) – Se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

b.3) – Comprovação da licitante possuir Capital Social ou Patrimônio Líquido correspondente a no mínimo 10% do valor estimado da Obra, ou seja, R\$ 52.042,70 (cinquenta e dois mil e quarenta e dois reais e setenta centavos).



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 –

- 9.11 O objeto social descrito no ato constitutivo deverão possuir ramo de atividade compatível ao objeto deste edital.**
- 9.12 As declarações exigidas para habilitação na lei 14.133/2021 (artigos 63, I,IV, §1º e 68, VI) serão geradas pelo Agente de Contratação no próprio sistema licitanet e anexadas ao processo licitatório.**
- 9.13 Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada pelo Agente de Contratação, mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação da respectiva licitante e envio dos documentos para o M.P.M.G(Ministério Público de Minas Gerais), para apuração, se possível, de prática delituosa, conforme art. 155 e seguintes da Lei Federal 14.133/21.
- 9.14 Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.
- 9.15 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 9.15.2 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.15.3 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.16 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.17 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 –

- 1.17.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 1.17.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 1.18 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 1.19 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.1.10.
- 1.20 A verificação pelo agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 1.21 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 1.22 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.
- 1.23 As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133.

10.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 –

10.3.2 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.3 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 O objeto da licitação será adjudicado e homologado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade Competente.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1 Conforme regras constantes do Projeto Básico.

14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.2 Os adjudicatários serão convocados eletronicamente por meio do e-mail, para assinar o contrato, nos termos da Minuta de Contrato. Os signatários devem configurar seu correio eletrônico para que os e-mails do domínio "@coromandel.mg.gov.br" não sejam direcionados para a caixa de Spam. Uma vez que o contrato for emitido, a convocação se dará imediatamente, devendo o(s) responsável(is) assinar o contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

14.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

14.2.2 No caso de ser indicado signatário sem os devidos poderes para responder e contrair obrigações pela CONTRATADA, serão aplicadas as penalidades previstas neste contrato e na lei.

14.2.3 A convocação para a assinatura do instrumento contratual ocorre unicamente através do e-mail e telefone informados pela CONTRATADA.

14.2.4 Após envio do contrato para assinaturas, a CONTRATADA deverá assiná-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

14.2.5 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

14.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e demais documentos;



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

14.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

14.4 O prazo de vigência da contratação e a possibilidade de sua prorrogação é conforme previsão no instrumento contratual ou no projeto básico.

14.5 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.6 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

15. DO REAJUSTAMENTO E DO REEQUILÍBRIO

15.1 As regras acerca do reajustamento e do reequilíbrio são as estabelecidas no Projeto Básico.

15.2 As solicitações de reajuste e/ou reequilíbrio devem ser enviadas para o gestor de contratos.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Projeto Básico.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Projeto Básico.

18. DO PAGAMENTO

18.1 As regras, condições de pagamento e demais procedimentos correlatos estão estabelecidos no Projeto Básico.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 As regras acerca das sanções são as estabelecidas no Projeto Básico

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

20.2 A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica através do sistema no site <https://www.licitanet.com.br/processos.html>.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

20.3 Caberá ao agente de Contratação, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e demais documentos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

20.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao agente de Contratação, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, deverão ser realizados por forma eletrônica através do sistema.

20.6 O agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos demais documentos.

20.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

20.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Da sessão pública da Concorrência divulgar-se-á Ata da sessão no sistema eletrônico.

21.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo agente de Contratação.

21.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.4 Poderá ser utilizado certificado digital para a assinatura dos documentos.

21.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.6 Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

21.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e demais documentos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias e horário de expediente na Administração.

21.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.10 O Edital completo está disponível no endereço eletrônico: www.coromandel.mg.gov.br, www.licitanet.com.br, <https://pncp.gov.br/app/editais> e pode ser lido ou obtido no endereço Rua Artur Bernardes, nº 170 – Bairro Centro – Coromandel/MG., CEP: 38.550-000, nos dias úteis, das 07 horas às 17 horas

21.11 O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

21.12 Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o agente de contratação poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

21.13 O agente de contratação, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 2º, do art. 59 e art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

21.14 As decisões do agente de contratação serão publicadas no Diário Oficial do Município, www.licitanet.com.br e no site www.coromandel.mg.gov.br.

21.15 A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

21.16 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica se aquela e/ou seus dirigentes mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

21.17 A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município de Coromandel/MG revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

21.18 Para atender a seus interesses, o Município de Coromandel/MG poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no art. 125, da Lei Federal nº 14.133/21.

21.19 O Município de Coromandel/MG poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

21.20 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Coromandel/MG.

20.24 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

20.24.1 ANEXO I – Projeto Básico

20.24.2 ANEXO II – Planilhas

20.24.3 ANEXO III – Minuta de Contrato

Coromandel, 21 de maio de 2025

Fernando Breno Valadares Vieira
Prefeito Municipal de Coromandel



**ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 –**

ANEXO I

**PROJETO BÁSICO
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA REVITALIZAÇÃO DA
PRAÇA DOM EDUARDO, BEM TOMBADO, NO MUNICÍPIO DE COROMANDEL/MG – COM RECURSO
DO FUMPAC.**



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

OBJETO

- 1.11 Contratação de empresa especializada em engenharia para revitalização da Praça Dom Eduardo, bem tombado, no município de Coromandel/MG – com aplicação de técnicas adequadas de recuperação, uso de materiais compatíveis com o contexto histórico e cumprimento das exigências legais pertinentes, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento
- 1.12 O objeto da licitação tem a natureza de obra.
- 1.13 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados no anexo do Projeto Básico.
- 1.14 A presente contratação adotará como regime de execução:
- () empreitada por preço unitário;
 - (x) empreitada por preço global;
 - () empreitada integral;
 - () contratação por tarefa;
 - () contratação integrada;
 - () contratação semi-integrada.
- 1.15 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global, sendo o regime de execução no qual se contrata a execução da obra por preço certo de unidades determinadas. É utilizada sempre que os quantitativos a serem executados não puderem ser definidos com grande precisão.
- 1.16 Esta obra possui valor global superior à R\$80.000,00, todavia, não poderá ser reservada cota para participação Exclusiva para ME e EPP, diante da natureza indivisível do objeto da contratação.

2 VIGÊNCIA

- 2.4 O prazo de vigência do contrato é de 5 (cinco) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes nos termos da Lei 14.133/21.
- 2.5 O prazo de execução é de 5 (cinco) meses.
- 2.6 Na forma exigida da Lei nº 14.133/2021, cumpre esclarecer que não foi exigida o Catálogo Eletrônico de Padronização, instituído por meio da Portaria SEGES/ME nº. 938, de 02 de fevereiro de 2022, tendo em vista que, até o presente momento, não consta no referido catálogo o serviço/produto acima descrito.
- 2.7 A contratação pretendida está contemplada no Plano de Contratações Anual do presente ano sob registro de nº 66/2025 estando prevista para o dia 01/03/2025.

3 FUNDAMENTO E JUSTIFICATIVA ACERCA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.4 A Praça Dom Eduardo, situada no município de Coromandel/MG, é um bem tombado pelo patrimônio municipal e possui relevante valor histórico e cultural. Localizada no entorno da primeira igreja do município, Igreja Santana, a praça desempenha papel fundamental na identidade urbana e memória coletiva da população.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

- 3.5 Atualmente, o local encontra-se em condições precárias de conservação, com problemas estruturais e paisagísticos que comprometem sua funcionalidade e segurança. Diante desse cenário, torna-se necessária a contratação de empresa especializada em engenharia, para a execução de serviços que garantam a recuperação adequada da praça, respeitando suas características originais e atendendo às normas de preservação do patrimônio.
- 3.6 Além da restauração dos elementos históricos, o projeto de revitalização busca melhorar a acessibilidade, modernizar a infraestrutura urbana e proporcionar um ambiente mais seguro e agradável para os cidadãos. A execução dos serviços por empresa qualificada assegura a aplicação de técnicas adequadas de recuperação, o uso de materiais compatíveis com o contexto histórico e o cumprimento das exigências legais pertinentes.
- 3.7 O projeto, o memorial e o laudo técnico da Praça Dom Eduardo foram elaborados pelo arquiteto Honório Nicholls Pereira, especialista em patrimônio histórico. Dessa forma, a administração municipal demonstra preocupação com a intervenção e a preservação desse bem, que representa o marco central da fundação da cidade.
- 3.8 Dessa forma, a contratação se justifica pela necessidade de preservar um dos principais patrimônios históricos do município, garantindo sua valorização, funcionalidade e usufruto pela comunidade local e visitantes.

4 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO – CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 4.4 A solução consiste na contratação de empresa especializada em engenharia para a revitalização da Praça Dom Eduardo, bem tombado pelo município de Coromandel/MG, conforme as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência. A contratação será precedida de licitação na modalidade Concorrência, com critério de julgamento por menor preço global, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, permitindo ampla competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração Pública, dada a complexidade e indivisibilidade do objeto.
- 4.5 Concluído o procedimento licitatório, será celebrado contrato administrativo com a empresa vencedora, que será convocada a executar os serviços de acordo com o cronograma físico-financeiro e as etapas estabelecidas no projeto executivo. A formalização da contratação observará as normas legais aplicáveis, sendo precedida de assinatura contratual, publicação no diário oficial e emissão de ordem de serviço para início da execução.
- 4.6 A execução dos serviços deverá observar fielmente as condições deste Termo de Referência e do projeto técnico, sendo acompanhada e fiscalizada por equipe de servidores designados, os quais serão responsáveis pelo controle de qualidade e pelo cumprimento dos prazos e das obrigações contratuais.
- 4.7 Após atestar a efetiva prestação dos serviços, o fiscal, por meio de relatório, comunicará ao Gestor de Contratos do recebimento definitivo do objeto, o qual autorizará o pagamento pelo setor responsável.
- 4.8 A contratação deverá como regime de execução a Empreitada por Preço Global, sendo o regime de execução no qual se contrata a execução da obra por preço certo de unidades determinadas.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

5 DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.4 Trata-se de obra pública, a ser contratado mediante licitação, na modalidade de concorrência eletrônica.

5.5 O critério adotado para a seleção da empresa especializada em engenharia será o de menor preço global, por meio de processo eletrônico, em conformidade com os princípios da competitividade, isonomia, economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021. Tal modelo assegura a ampla participação de empresas qualificadas, permitindo que a Administração selecione a proposta mais vantajosa, sem prejuízo à qualidade dos serviços a serem executados. A escolha pelo menor preço global garante o equilíbrio entre o custo total da obra e a adequada execução do objeto contratado, atendendo às necessidades da revitalização da Praça Dom Eduardo de forma técnica, transparente e eficiente.

6 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.4 Considerando os elementos exigidos no inciso XXV do art. 6º da Lei Federal nº14.133/21, conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

6.4.1 Empresa especializada em engenharia para revitalização da praça Dom Eduardo no município de Coromandel/MG.

6.4.2 Trata-se de serviço não continuado.

6.4.3 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.4.4 A execução dos serviços deverá ser realidade em conformidade com as normas técnicas e legislação vigente, com as recomendações técnicas e com as especificações e condições descritas neste termo.

6.4.5 A contratada deverá arcar com todos os custos e logística relacionadas ao serviço.

6.4.6 Os serviços deverão ser executados diretamente pela empresa vencedora, com a utilização de todo o material de consumo necessário à execução, sem quaisquer despesas adicionais para a Prefeitura Municipal de Coromandel, não podendo ser cedidos ou subcontratados.

6.4.7 A duração do contrato é de 5 (cinco) meses.

6.5 A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6.6 Nos termos dos artigos 96 a 100 da Lei nº 14.133/2021, será exigida da contratada a prestação de garantia contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato. A finalidade dessa exigência é assegurar a fiel execução do objeto contratado, conforme previsto na legislação vigente.

6.7 A garantia poderá ser apresentada por meio de caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a critério da contratada, observadas as condições estabelecidas no edital e no contrato. A exigência da garantia contratual está em consonância com os princípios da segurança jurídica e da responsabilidade na execução contratual, servindo como instrumento de proteção à Administração Pública contra eventuais inadimplementos contratuais.

6.8 A contratante deverá observar os seguintes critérios:

6.8.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

- 6.8.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 6.8.3 Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 6.8.4 Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;
- 6.8.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA;
- 6.9 Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- 6.9.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;
- 6.9.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas CONTRATADAS;
- 6.9.3 promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 6.9.4 considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 6.10 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 6.11 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 6.12 Exigir da CONTRATADA que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
- 6.12.1 "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- 6.12.2 certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- 6.13 Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 6.14 A contratada deverá cumprir as seguintes obrigações:
- 6.14.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento convocatório, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 6.14.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos.
- 6.14.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 6.14.4 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 –

- 6.14.5 Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Prefeitura Municipal de Coromandel/MG;
- 6.14.6 Responder pelos danos causados diretamente a Prefeitura Municipal de Coromandel/MG; ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução da obra, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Coromandel/MG;
- 6.14.7 Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade da Prefeitura Municipal de Coromandel/MG quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução da obra;
- 6.14.8 Efetuar a troca dos produtos considerados sem condições de uso, no prazo constante no Termo de Referência, contado do recebimento da comunicação expedida pelo Setor competente;
- 6.14.9 Comunicar ao Serviço competente da Prefeitura Municipal de Coromandel/MG, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- 6.14.10 Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e no ato da assinatura de contrato ou outro documento equivalente;
- 6.14.11 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciário, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato.
- 6.14.12 Vedar a contratação, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 6.15 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Municipal da sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 6.16 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;
- 6.17 A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 6.18 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 6.19 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

- 6.20 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 6.21 Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 6.22 Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 6.23 A empresa licitante deverá apresentar declaração, assinada por seu representante legal, afirmando que não emprega menores de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos, em conformidade com o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal. Deverá constar, ainda, que não permite a utilização de mão de obra de menores de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, em observância à legislação trabalhista vigente, especialmente à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e demais normativos aplicáveis. A apresentação dessa declaração é condição obrigatória para habilitação no certame e poderá ser verificada a qualquer tempo pela Administração Pública.
- 6.24 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.25 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 6.26 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 6.27 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- 6.28 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 6.29 Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade:
- 6.29.1 O direito de propriedade intelectual dos projetos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 6.29.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 6.30 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 6.31 Manter os empregados nos horários predeterminados pela CONTRATANTE;
- 6.32 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

- 6.33 Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 6.34 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 6.35 Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 6.36 Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;
- 6.37 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da CONTRATANTE;
- 6.38 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 6.39 Manter preposto aceito pela CONTRATANTE nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 6.40 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;
- 6.41 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidros sanitárias, elétricas e de comunicação.
- 6.42 Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 6.43 Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 6.44 Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 6.45 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 6.46 Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

- 6.47 Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 6.47.1 Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- 6.47.2 Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;
- 6.47.3 Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.
- 6.48 Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 6.49 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- 6.50 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- 6.51 Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 6.51.1 resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;
- 6.51.2 resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 6.51.3 resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 6.51.4 resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

- 6.51.5 Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- 6.52 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- 6.53 Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 6.53.1 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- 6.53.2 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
- 6.53.3 Nos termos do artigo 4°, § 3°, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;
- 6.53.4 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.
- 6.53.5 Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;
- 6.53.6 Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);
- 6.54 Em relação à execução da obra:
- 6.54.1 Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela CONTRATANTE, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução do contrato;



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

- 6.54.2 Em caso de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, haverá retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, aceitar que CONTRATANTE efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;
- 6.54.3 Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de novembro de 2018.
- 6.54.4 Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela CONTRATADA, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:
- 6.55 A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Projeto Básico e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

7 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

- 7.4 A garantia para execução do contrato será de 5% (cinco por cento) de seu valor, a ser depositada no Banco do Brasil, agência 0539-8, conta nº. 18.885-X, Coromandel – MG, caso a garantia seja em dinheiro, devendo ser depositada no prazo de (05 dias).
- 7.5 A não prestação da garantia no prazo constante do subitem anterior, importará na imediata desclassificação da licitante, deste processo licitatório, sem prejuízo das medidas legais que possam ser interpostas pela Prefeitura Municipal de Coromandel - MG.
- 7.6 A ordem de início da obra somente poderá ser concedida pela equipe técnica/Fiscal ou gestor do contrato após a confirmação da prestação da garantia.
- 7.7 A garantia deverá abranger todo o período contratual, inclusive eventual prorrogação do prazo para cumprimento do pactuado, até o recebimento definitivo da obra.
- 7.8 A garantia poderá ser prestada em:
- a) - caução em dinheiro;
 - b) - títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
 - c) - seguro garantia;
 - d) - fiança bancária.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

- 7.9 Em caso de acréscimo da obra, fica a Contratada obrigada a complementar a garantia na mesma percentagem, cujo recolhimento deverá ocorrer até a data da assinatura do competente Termo de Aditamento.
- 7.10 Na hipótese da letra “C” a vencedora do certame deverá prestar o seguro-garantia à Contratante no prazo máximo 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, de modo que sua comprovação é requisito indispensável para emissão da ordem de serviço.
- 7.11 Desfalcada a garantia prestada, pela imposição de multas e/ou outro motivo de direito, será notificada a Contratada por meio de correspondência com Aviso de Recebimento (AR), para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, complementar o valor, sob pena de rescisão contratual.
- 7.12 Poderá a Prefeitura Municipal de Coromandel – MG, descontar da garantia toda importância que, a qualquer título, lhe for devida pela Contratada.
- 7.13 A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após o Recebimento Definitivo da obra/serviços e, quando prestada em dinheiro, será atualizada monetariamente pelo índice da poupança, conforme art.100 da Lei n. °14.133/2021, mediante requerimento.
- 7.14 A liberação ou restituição da garantia não isenta a Contratada das responsabilidades, nos termos das prescrições legais.

8 VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

- 8.4 A vistoria é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.
- 8.5 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07 horas às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (34) 3841-3767.
- 8.6 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 8.6.1 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 8.7 Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.
- 8.8 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 8.9 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

9 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 9.4 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 9.4.1 Instalação da Obra;
- 9.4.2 Administrativo:



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 –

- Pessoal com encargos
- 9.4.3 Serviços de Carga e Transporte;
- 9.4.4 Demolições/Remoção;
- 9.4.5 Piso;
- 9.4.6 Pintura;
- 9.4.7 Paisagismo;
- 9.4.8 Instalações Hidrossanitárias:
- Hidráulico (Água Fria);
- 9.4.9 Luminotécnica;
- 9.4.10 Instalações Elétricas;
- 9.4.11 Mobiliário;
- 9.4.12 Diversos.
- 9.5 A execução dos serviços será iniciada após a emissão da Ordem de Início de Serviço, cujas etapas observarão o seguinte cronograma:
- 9.5.1 Instalação da Obra (20% no primeiro mês, 20% no segundo mês, 20% no terceiro mês, 20% no quarto mês e 20% no quinto mês)
- 9.5.2 Administrativos (20% no primeiro mês, 20% no segundo mês, 20% no terceiro mês, 20% no quarto mês e 20% no quinto mês)
- 9.5.3 Serviço de Carga e Transporte (33,3% no primeiro mês, 33,3% no segundo mês e 33,4% no terceiro mês)
- 9.5.4 Demolições/Remoções (50% no primeiro mês e 50% no segundo mês)
- 9.5.5 Piso (50% no terceiro mês e 50% no quarto mês)
- 9.5.6 Pintura (100% no quarto mês)
- 9.5.7 Paisagismo (100% no quarto mês)
- 9.5.8 Instalações Hidros sanitárias (50% no terceiro mês e 50% no quarto mês)
- 9.5.9 Luminotécnica (100% no quinto mês)
- 9.5.10 Instalações Elétricas (50% no quarto mês e 50% no quinto mês)
- 9.5.11 Mobiliário (100% no quinto mês)
- 9.5.12 Diversos (18% no terceiro mês, 52% no quarto mês e 30% no quinto mês)
- 9.6 Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

10 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 10.4 A gestão do contrato será realizada pelo servidor Heberton Duarte de Sousa, conforme portaria nº 21 do 09 de setembro de 2024.
- 10.5 A fiscalização do contrato será realizada pelos servidores Paulo Henrique de Lima e Igor de Moura Lemes Pereira, designados pela Portaria nº 012 de 20 de fevereiro de 2025, observadas as competências e atribuições previstas na legislação vigente e nas cláusulas contratuais.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

- 10.6 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato deverão observar as disposições constantes no Decreto Municipal 257 de 14 novembro de 2023.
- 10.7 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 10.8 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 10.9 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 10.10 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 10.11 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 10.12 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 10.13 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas nesse instrumento.
- 10.14 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 10.15 No caso de obras, cumpre, ainda, à fiscalização:
- 10.15.1 solicitar, mensalmente, por amostragem, que a CONTRATADA apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto:
- 10.15.1.1 ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
 - 10.15.1.2 à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;
 - 10.15.1.3 à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
 - 10.15.1.4 aos depósitos do FGTS; e
 - 10.15.1.5 ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 10.15.2 solicitar, por amostragem, aos empregados da CONTRATADA, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos, de forma que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, o que não impedirá que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado;



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

- 10.15.3 oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS;

11 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do objeto

- 11.4 Ao final de cada etapa, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 11.5 No prazo de até 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo após autorização pelo fiscal técnico, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 11.5.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 11.5.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 11.5.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Boletim de Medição.
- 11.5.4 O prazo para recebimento definitivo será de 30 dias.
- 11.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 11.7 A avaliação da execução do objeto utilizará o Boletim de Medição, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- 11.7.1 não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades CONTRATADAS; ou
- 11.7.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 11.8 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 11.8.1 Unidade de medida para faturamento e mensuração do resultado;
- 11.8.2 Produtividade de referência ou critérios de qualidade para a execução contratual;
- 11.8.3 Indicadores mínimos de desempenho para aceitação do serviço ou eventual glosa.
- Liquidação**
- 11.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 11.10 O setor competente deverá verificar se na nota fiscal ou no instrumento de cobrança equivalente constam as informações necessárias para a liquidação da despesa.

Prazo de Pagamento



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

11.11 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento

11.12 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Forma e critérios de seleção do fornecedor

11.13 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

Exigências de habilitação

11.14 Habilitação jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores; ou
- c) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício; ou
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente; ou
- e) Ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971, no caso de sociedade cooperativa; ou
- f) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;
- g) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede; e
- h) Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial, que define o porte da empresa.
- i) Quando optante pelo SIMPLES NACIONAL, a comprovação da condição de ME/EPP poderá ser mediante apresentação do Comprovante de opção pelo SIMPLES, obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal.

11.14.1 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou de outro indicador que o venha substituir.

11.15 Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas expedida no máximo 90 (noventa) dias antes da data da disputa.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual.

d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

11.16 As Certidões que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão desta Concorrência.

11.17 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.18 Qualificação econômico-financeira:

a) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b) Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b.1). Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

11.19 Deverá estar prevista no Estatuto ou Contrato Social da licitante a autorização para empreender atividades compatíveis com o objeto desta Licitação.

11.19.1.1 Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

11.19.1.2 Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): publicados em Diário Oficial; ou publicados em jornal de grande circulação; ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

11.19.1.3 Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

11.19.1.4 Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

11.19.1.5 O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

11.19.2 A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Grau de Endividamento (GE), que deverão apresentar os seguintes resultados: LG \geq 1,0 – LC \geq 1,15 E GE \leq 0,80 resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE + REALIZÁVEL\ A\ LONGO\ PRAZO}{PASSIVO\ CIRCULANTE + EXIGÍVEL\ A\ LONGO\ PRAZO}$$

$$LC = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE}{PASSIVO\ CIRCULANTE}$$

$$GE = \frac{PASSIVO\ CIRCULANTE + EXIGÍVEL\ A\ LONGO\ PRAZO}{ATIVO\ TOTAL}$$

11.19.2.1 As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em planilha ou memória de cálculo juntados ao balanço. Se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

11.19.2.2 Comprovação da licitante possuir Capital Social ou Patrimônio Líquido correspondente a no **mínimo 10% do valor estimado da Obra, ou seja, R\$ 52.042,70 (cinquenta e dois mil e quarenta e dois reais e setenta centavos).**

11.20 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

11.21 Os critérios de **qualificação técnica-operacional** a serem atendidos pelo fornecedor serão:

11.21.1 Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;

11.21.1.1 Apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

11.21.1.2 Item 7.1 – Fundações e estruturas de concreto;

11.21.1.3 Item 7.2 – Instalações Hidráulicas e Elétricas;

11.21.1.4 Item 7.3 – Piso em Concreto com Acabamento Convencional.

11.21.1.5 Comprovação da **capacitação técnico-profissional**, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

-
- 11.21.1.6 Item 7.1 – Fundações e estruturas de concreto;
- 11.21.1.7 Item 7.2 – Instalações Hidráulicas e Elétricas;
- 11.21.1.8 Item 7.3 – Piso em Concreto com Acabamento Convencional.;
- 11.22 Em conformidade com o disposto no artigo 67 da Lei nº 14.133/2021, a empresa vencedora do certame deverá apresentar declaração comprovando experiência na execução de reforma, restauro ou revitalização de obras tombadas, entendidas como edificações ou bens protegidos por órgãos de preservação do patrimônio histórico, cultural ou artístico em âmbito municipal, estadual ou federal. A mesma deverá ser apresentada em papel timbrado do órgão para qual a empresa vencedora executou o serviço.
- 11.23 Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:
- 11.23.1 Papel timbrado de quem emite (empresa privada ou órgão público);
- 11.23.2 Assinatura do responsável da empresa pública ou privada emitente;
- 11.23.3 Dados completos da empresa privada ou pública que está emitindo: razão social, CNPJ, endereço;
- 11.23.4 Dados completos da empresa: razão social, CNPJ, endereço;
- 11.23.5 Descrição dos serviços executados;
- 11.23.6 Quantidades, duração e o período do contrato.
- 11.24 Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.
- 11.25 As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT/CRT), endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram executadas as obras ou serviços de engenharia.
- 11.26 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.
- 11.26.1 O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a CONTRATANTE.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

11.27 Com base na Lei 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos, justificamos a limitação do desconto em até 25% para contratação de empresas especializadas em engenharia. A legislação busca garantir que a proposta mais vantajosa seja selecionada pela Administração Pública, mas sem comprometer a viabilidade e o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Descontos elevados podem gerar riscos para a qualidade e a execução do serviço, pois valores excessivamente reduzidos costumam impactar diretamente a aquisição de insumos e a contratação de mão de obra qualificada, essenciais para uma obra de qualidade e que atenda a todos os requisitos técnicos. Por esse motivo, caso o desconto oferecido seja superior a 25%, será obrigatória a apresentação de uma planilha orçamentária detalhada, com a composição de cada item. Essa planilha será fundamental para justificar o cálculo do desconto, explicando de que forma o valor final foi obtido e comprovando que o valor ofertado é exequível, sem prejuízo à qualidade e aos padrões técnicos exigidos para o projeto.

12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

12.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

12.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA;

12.6. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

12.1.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;

12.1.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas CONTRATADAS;

12.1.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

12.1.4. Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

12.4. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

12.5. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

12.6. Exigir da CONTRATADA que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

12.6.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

12.6.2. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

12.7. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

13 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, neste Projeto Básico e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

13.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos.

13.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

13.4. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

13.5. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Prefeitura Municipal de Coromandel/MG;

13.6. Responder pelos danos causados diretamente a Prefeitura Municipal de Coromandel/MG; ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do produto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Coromandel/MG;

13.7. Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade da Prefeitura Municipal de Coromandel/MG quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento do produto;

13.8. Efetuar a troca dos produtos considerados sem condições de uso, no prazo de 05 dias contado do recebimento da comunicação expedida pelo Setor competente;

13.9. Comunicar ao Serviço competente da Prefeitura Municipal de Coromandel/MG, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

13.10. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e no ato da assinatura de contrato ou outro documento equivalente;

13.11. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciário, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato.

13.12. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

13.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, as certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidos para habilitação.

13.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.13. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

13.14. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

13.15. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.16. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

13.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

13.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

- 13.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- 13.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 13.23. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade:
- 13.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 13.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 13.24. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 13.25. Manter os empregados nos horários predeterminados pela CONTRATANTE;
- 13.26. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 13.27. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 13.28. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 13.29. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 13.30. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;
- 13.31. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da CONTRATANTE;
- 13.32. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

13.33. Manter preposto aceito pela CONTRATANTE nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

13.34. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;

13.35. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

13.36. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

13.37. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

13.38. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

13.39. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

13.40. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

13.41. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

13.41.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

13.41.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;

13.41.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

13.42. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

13.43. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

13.44. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

13.45. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação.

13.46. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

13.47. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

13.47.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

13.47.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 –

aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

13.47.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

13.48. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

13.49. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;

13.50. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

13.51. Em relação à execução da obra:

13.51.1. Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela CONTRATANTE, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução do contrato;

13.51.2. Em caso de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, haverá retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, aceitar que CONTRATANTE efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;

13.51.3. Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de novembro de 2018.

13.51.4. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela CONTRATADA, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

13.51.5. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Projeto Básico e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

14 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

14.1 Comete infração administrativa o licitante que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 Considera-se comportamento inidôneo, para fins do inciso X do artigo 155 da Lei 14.133/21 entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento do processo licitatório, mesmo após o encerramento da fase de lances.

14.3 O licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas no artigo 155 da Lei 14.133/21 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por dar causa à inexecução parcial do contrato (Art. 155, inciso I, da Lei 14.133/21), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado da obra pela conduta do licitante, por qualquer das infrações constantes no artigo 155 da Lei 14.133/21.

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos incisos II a VII do artigo 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos incisos VIII a XII do artigo 155 da Lei 14.133/21, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

14.4. A aplicação das sanções previstas em Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. Todas as sanções previstas em Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.33, de 2021).



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

14.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante o Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto na caput e parágrafos do art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.10. Na aplicação das sanções serão consideradas (§1º art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.11 A aplicação das sanções previstas em Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.13 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observado, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.14 O Contratante deverá no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.15 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163, da Lei nº 14.133, de 2021.

15 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1. Valor Global: **R\$ 520.247,02 (quinhentos e vinte mil e duzentos e quarenta e sete reais e dois centavos)**. O valor contratual será reajustado anualmente, conforme o INCC-M (Índice Nacional de Custo da Construção).



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

15.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

15.3. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

15.4. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

16 DO REEQUILÍBRIO

16.1. O valor da obra poderá ser revisado para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. As modificações nos preços serão regidas pelos seguintes critérios:

- Os preços não poderão exceder os valores praticados no mercado.

- O Órgão Gerenciador poderá autorizar o aumento do preço inicialmente contratado, a pedido do prestador de serviço, observando-se o seguinte:

a) Ao deferir o pedido mencionado no inciso II, o Órgão Gerenciador deve, preferencialmente, manter a mesma diferença percentual estabelecida na época da licitação entre o preço ofertado pelo licitante e o preço de mercado.

b) O Órgão Gerenciador deve considerar o valor solicitado pelo prestador de serviço como o limite máximo que pode ser alcançado nesta revisão.

c) O Órgão Gerenciador poderá deferir um valor menor do que o solicitado pelo contratado.

d) O indeferimento do pedido de revisão, conforme disposto no inciso II, não isenta o contratado de cumprir suas obrigações contratuais nem o exonera de eventuais penalidades por descumprimento do contrato.

§ 1º Qualquer exceção à regra descrita no inciso II, alínea "a", deve ser justificada devidamente no processo administrativo.

§ 2º O contratado não será liberado de suas obrigações contratuais, mesmo que os preços de mercado superem os preços constante no contrato.

§ 3º O valor contratual poderá ser revisado de ofício pelo Órgão Gerenciador devido a uma redução do valor praticado no mercado ou a um fato que aumente o custo na realização da obra.

16.2 As solicitações de reequilíbrio devem ser enviadas através do sistema correio eletrônico ou através de protocolo no setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Coromandel/MG, situa do à Rua Artur Bernardes, nº 170 – Bairro Centro – Coromandel/MG, aos cuidados da gestora de contratos.

17 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Ficha: 1253

Dotação: 02.02.05.09.13.392.0009.00.2.241.4.4.90.51.00.00 – Recurso FUMPAC (Fundo Municipal do Patrimônio de Coromandel).



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

ANEXO II

PROJETOS, CRONOGRAMA FÍSICO- FINANCEIRO- PLANILHAS, MEMORIAL DESCRITIVO E OUTROS



Estado de Minas Gerais
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
Administração 2025/2028

GESTÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E PLANEJAMENTO URBANO

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

OBRA:			REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DOM EDUARDO								
PROPOSTANTE: Prefeitura Municipal de Coromandel						DESON.		BDI 1	BDI 2	DATA BASE	
LOCAL: Praça Dom Eduardo s/n, Bairro Centro, Coromandel/MG						NÃO		24,66%		SINAPI 01/2025 / SEINFRA-MG 08/2023	
ENG.º RESPONSÁVEL: Natália Felix de Lima - CREA: MG 248.064/D											
ORÇAMENTO ANALÍTICO											
ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS		UND.	QUANTID.	CUSTO UNIT. (R\$)	BDI (%)	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	
REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DOM EDUARDO											520.247,02
1			INSTALAÇÃO DA OBRA							26.329,74	
1.1	SEINFRA-MG	ED-16349	LOCAÇÃO DE CONTAINER COM ISOLAMENTO TÉRMICO, TIPO 2, PARA ESCRITÓRIO DE OBRA COM SANITÁRIO CONTENDO UM (1) VASO SANITÁRIO E UM (1) LAVATÓRIO, COM MEDIDAS REFERENCIAIS DE (6) METROS COMPRIMENTO, (2,3) METROS LARGURA E (2,5) METROS ALTURA ÚTIL INTERNA, INCLUSIVE AR CONDICIONADO E LIGAÇÕES ELÉTRICAS E HIDROSSANITÁRIAS INTERNAS, EXCLUSIVE MOBILIZAÇÃO/DESMOBILIZAÇÃO E LIGAÇÕES PROVISÓRIAS EXTERNAS			MÊS	5,00	1.121,54	BDI 1	1.398,11	6.990,55
1.2	SEINFRA-MG	ED-16350	LOCAÇÃO DE CONTAINER COM ISOLAMENTO TÉRMICO, TIPO 3, PARA DEPÓSITO/FERRAMENTARIA DE OBRA, COM MEDIDAS REFERENCIAIS DE (6) METROS COMPRIMENTO, (2,3) METROS LARGURA E (2,5) METROS ALTURA ÚTIL INTERNA, INCLUSIVE LIGAÇÕES ELÉTRICAS INTERNAS, EXCLUSIVE MOBILIZAÇÃO/DESMOBILIZAÇÃO E LIGAÇÕES PROVISÓRIAS EXTERNAS			MÊS	5,00	882,60	BDI 1	1.100,24	5.501,20
1.3	SEINFRA-MG	ED-16357	LIGAÇÕES PROVISÓRIAS PARA CONTAINER TIPO 2 (CORRESPONDENTE AO CÓDIGO ED-16349)			UN	1,00	607,94	BDI 1	757,85	757,85
1.4	SEINFRA-MG	ED-16358	LIGAÇÕES PROVISÓRIAS PARA CONTAINER TIPO 3 (CORRESPONDENTE AO CÓDIGO ED-16350)			UN	1,00	305,89	BDI 1	381,32	381,32
1.5	SEINFRA-MG	ED-50150	LIGAÇÃO DE ÁGUA PROVISÓRIA PARA CANTEIRO, INCLUSIVE HIDRÔMETRO E CAVALETE PARA MEDIÇÃO DE ÁGUA - ENTRADA PRINCIPAL, EM AÇO GALVANIZADO DN 20MM (1/2") - PADRÃO CONCESSIONÁRIA			UN	1,00	399,33	BDI 1	497,80	497,80
1.6	SEINFRA-MG	ED-50151	LIGAÇÃO PROVISÓRIA COM ENTRADA DE ENERGIA AÉREA, PADRÃO CEMIG, CARGA INSTALADA DE 15,1KVA ATÉ 30KVA, TRIFÁSICO, COM SAÍDA SUBTERRÂNEA, INCLUSIVE POSTE, CAIXA PARA MEDIDOR, DISJUNTOR, BARRAMENTO, ATERRAMENTO E ACESSÓRIOS			UN	1,00	1.204,72	BDI 1	1.501,80	1.501,80
1.7	SEINFRA-MG	ED-28427	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA #26, ESP. 0,45MM, DIMENSÃO (3X1,5)M, PLOTADA COM ADESIVO VINÍLICO, AFIxada COM REBITES 4,8X40MM, EM ESTRUTURA METÁLICA DE METALON 20X20MM, ESP. 1,25MM, INCLUSIVE SUPORTE EM EUCALIPTO AUTOCALVADO PINTADO COM TINTA PVA DUAS (2) DEMÃOS			UN	2,00	1.396,17	BDI 1	1.740,46	3.480,92
1.8	SEINFRA-MG	ED-50163	TAPUME DE PROTEÇÃO PARA TRANSEUNTE EM TELA DE POLIETILENO, COM MÓDULO NA DIMENSÃO DE (150X150)CM, INCLUSIVE PONTALETE COM BASE DE APOIO EM CONCRETO MAGRO, FORNECIMENTO E MOVIMENTAÇÃO			M	450,30	12,86	BDI 1	16,03	7.218,30
SUBTOTAL ITEM 1											26.329,74
2			ADMINISTRATIVOS							51.563,65	
2.1			PESSOAL COM ENCARGOS							51.563,65	
2.1.1	SINAPI	90780	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES			H	240,00	79,29	BDI 1	98,84	23.721,60
2.1.2	SEINFRA-MG	ED-21780	VIGIA NOTURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES			MÊS	5,00	4.466,88	BDI 1	5.568,41	27.842,05
SUBTOTAL ITEM 2											51.563,65

Página: 1 de 6



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -



Estado de Minas Gerais
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
Administração 2025/2028
GESTÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E PLANEJAMENTO URBANO

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

OBRA:		REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DOM EDUARDO									
PROPOSANTE: Prefeitura Municipal de Coromandel					DESON.		BDI 1	BDI 2	DATA BASE		
LOCAL: Praça Dom Eduardo s/n, Bairro Centro, Coromandel/MG					NÃO		24,66%		SINAPI 01/2025 / SEINFRA-MG 09/2023		
ENG.º RESPONSÁVEL: Natália Felix de Lima - CREA: MG 248.064/D											
ORÇAMENTO ANALÍTICO											
ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QUANTID.	CUSTO UNIT. (R\$)	BDI (%)	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)		
3			SERVIÇOS DE CARGA E TRANSPORTE						5.297,32		
3.1	SINAPI	93589	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	1.600,40	2,66	BDI 1	3,31	5.297,32		
SUBTOTAL ITEM 3									5.297,32		
4			DEMOLIÇÕES / REMOÇÃO						19.468,25		
4.1	SINAPI	97624	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE TUJOLO MACIÇO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M3	1,25	100,34	BDI 1	125,08	156,35		
4.2	SINAPI	97665	REMOÇÃO DE LUMINÁRIAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	UN	11,00	1,71	BDI 1	2,13	23,43		
4.3	SINAPI	104790	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M3	123,23	109,18	BDI 1	136,10	16.771,60		
4.4	SEINFRA-MG	ED-48472	REMOÇÃO MANUAL DE GUIA DE MEIO-FIO PRÉ-MOLDADA EM CONCRETO, COM REAPROVEITAMENTO, INCLUSIVE AFASTAMENTO E EMPILHAMENTO, EXCLUSIVE TRANSPORTE E RETIRADA DO MATERIAL REMOVIDO NÃO REAPROVEITÁVEL	M	87,04	11,00	BDI 1	13,71	1.193,31		
4.5	SEINFRA-MG	ED-48472	REMOÇÃO MANUAL DE GUIA DE MEIO-FIO PRÉ-MOLDADA EM CONCRETO, COM REAPROVEITAMENTO, INCLUSIVE AFASTAMENTO E EMPILHAMENTO, EXCLUSIVE TRANSPORTE E RETIRADA DO MATERIAL REMOVIDO NÃO REAPROVEITÁVEL	M	86,67	11,00	BDI 1	13,71	1.188,24		
4.6	SEINFRA-MG	ED-50697	CORTE DE ÁRVORE COM MOTOSERRA, DIÂMETRO DO TRONCO DE QUINZE (15) CENTÍMETROS ATÉ TRINTA (30) CENTÍMETROS, EXCLUSIVE DESTOCAMENTO E AFASTAMENTO	UN	2,00	54,28	BDI 1	67,66	135,32		
SUBTOTAL ITEM 4									19.468,25		
5			PISO						174.489,61		
5.1	SINAPI	96386	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO - EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	M3	154,00	8,85	BDI 1	11,03	1.698,62		
5.2	SINAPI	94992	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESURA 6 CM, ARMADO. AF_08/2022	M2	1.540,39	79,62	BDI 1	99,25	152.883,70		
5.3	SINAPI	94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	173,12	62,34	BDI 1	77,71	13.453,15		
5.4	SINAPI	94279	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 30X6,5X6,5X19 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA DELIMITAÇÃO DE JARDINS, PRAÇAS OU PASSEIOS. AF_01/2024	M	75,34	61,06	BDI 1	76,11	5.734,12		
5.5	SEINFRA-MG	ED-15226	PISO PODOTÁTIL DE CONCRETO, ALERTA, APLICADO EM PISO (20X20CM) COM JUNTA SECA, COR VERMELHO/AMARELO, ASSENTAMENTO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA, INCLUSIVE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M2	5,52	104,64	BDI 1	130,44	720,02		
SUBTOTAL ITEM 5									174.489,61		

Página: 2 de 6



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -



Estado de Minas Gerais
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
Administração 2025/2028
GESTÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E PLANEJAMENTO URBANO

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

OBRA:			REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DOM EDUARDO								
PROPOSNTE: Prefeitura Municipal de Coromandel						DESON.	BDI 1	BDI 2	DATA BASE		
LOCAL: Praça Dom Eduardo s/n, Bairro Centro, Coromandel/MG						NÃO	24,66%		SINAPI 01/2025 / SEINFRA-MG 08/2023		
ENG.º RESPONSÁVEL: Natália Felix de Lima - CREA: MG 248.064/D											
ORÇAMENTO ANALÍTICO											
ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS			UND.	QUANTID.	CUSTO UNIT. (R\$)	BDI (%)	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
6			PINTURA								3.225,87
6.1	SINAPI	102501	PINTURA DE FAIXA DE PEDESTRE OU ZEBRADA COM TINTA ACRÍLICA, E = 30 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021			M2	109,50	23,64	BDI 1	29,46	3.225,87
								SUBTOTAL ITEM 6		3.225,87	
7			PAISAGISMO								71.180,11
7.1	SINAPI	98521	APLICAÇÃO DE CALCÁRIO PARA CORREÇÃO DO PH DO SOLO. AF_05/2018			M2	2.660,89	0,35	BDI 1	0,43	1.144,18
7.2	SINAPI	98510	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00M. AF_05/2018 (INCLUSIVE PREPARO DO SOLO)			UN	18,00	87,82	BDI 1	109,47	1.970,46
7.3	SINAPI	98516	PLANTIO DE PALMEIRA COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M. AF_05/2018			UN	5,00	401,34	BDI 1	500,31	2.501,55
7.4	SINAPI	98505	PLANTIO DE FORRAÇÃO. AF_05/2018 (COSTELA DE ADÃO) - INCLUSIVE PREPARO DO SOLO			M2	4,00	86,67	BDI 1	108,04	432,16
7.5	SINAPI	98505	PLANTIO DE FORRAÇÃO. AF_05/2018 (MARANTA VARIEGADA) - INCLUSIVE PREPARO DO SOLO			M2	14,91	86,67	BDI 1	108,04	1.610,87
7.6	SINAPI	98505	PLANTIO DE FORRAÇÃO. AF_05/2018 (CURCULIGO) - INCLUSIVE PREPARO DO SOLO			M2	19,88	86,67	BDI 1	108,04	2.147,83
7.7	SINAPI	98505	PLANTIO DE FORRAÇÃO. AF_05/2018 (JIBÓIA) - INCLUSIVE PREPARO DO SOLO			M2	4,00	86,67	BDI 1	108,04	432,16
7.8	SINAPI	98505	PLANTIO DE FORRAÇÃO. AF_05/2018 (PRATEADINHA) - INCLUSIVE PREPARO DO SOLO			M2	10,36	86,67	BDI 1	108,04	1.119,29
7.9	SINAPI	98505	PLANTIO DE FORRAÇÃO. AF_05/2018 (MARGARIDA) - INCLUSIVE PREPARO DO SOLO			M2	56,23	86,67	BDI 1	108,04	6.075,08
7.10	SINAPI	98505	PLANTIO DE FORRAÇÃO. AF_05/2018 (ANÊMOMA DO JAPÃO) - INCLUSIVE PREPARO DO SOLO			M2	32,64	86,67	BDI 1	108,04	3.526,42
7.11	SINAPI	98505	PLANTIO DE FORRAÇÃO. AF_05/2018 (AÇUCENA VERMELHA) - INCLUSIVE PREPARO DO SOLO			M2	4,74	86,67	BDI 1	108,04	512,10
7.12	SINAPI	98505	PLANTIO DE FORRAÇÃO. AF_05/2018 (HORTÊNCIA) - INCLUSIVE PREPARO DO SOLO			M2	49,10	86,67	BDI 1	108,04	5.304,76
7.13	SINAPI	98505	PLANTIO DE FORRAÇÃO. AF_05/2018 (SÁLVIA VERMELHA) - INCLUSIVE PREPARO DO SOLO			M2	42,42	86,67	BDI 1	108,04	4.583,05
7.14	SINAPI	98505	PLANTIO DE FORRAÇÃO. AF_05/2018 (PERIQUITO) - INCLUSIVE PREPARO DO SOLO			M2	34,87	86,67	BDI 1	108,04	3.767,35
7.15	SINAPI	98505	PLANTIO DE FORRAÇÃO. AF_05/2018 (CLOROFITO DE SOL) - INCLUSIVE PREPARO DO SOLO			M2	174,36	86,67	BDI 1	108,04	18.837,85
7.16	SEINFRA-MG	ED-50435	PLANTIO DE GRAMA BATATAIS EM PLACAS, INCLUSIVE TERRA VEGETAL E CONSERVAÇÃO POR TRINTA (30) DIAS			M2	500,00	27,62	BDI 1	34,43	17.215,00
								SUBTOTAL ITEM 7		71.180,11	
8			INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS								23.648,87
8.1			HIDRÁULICO (ÁGUA FRIA)								23.648,87
8.1.1	SEINFRA-MG	ED-49170	CAIXA DE PASSAGEM EM ALVENARIA E TAMPA DE CONCRETO, FUNDO DE BRITA, TIPO 1, 50 X 50 X 60 CM, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, REATERRO E BOTA-FORA			UN	10,00	369,17	BDI 1	460,20	4.602,00
8.1.2	SINAPI	89357	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022			M	300,00	31,40	BDI 1	39,14	11.742,00
8.1.3	SINAPI	89367	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022			UN	4,00	12,50	BDI 1	15,58	62,32
8.1.4	SINAPI	89398	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022			UN	2,00	17,45	BDI 1	21,75	43,50
8.1.5	SINAPI	95675	HIDRÔMETRO DN 25 (%), 5,0 M³/H FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016			UN	4,00	223,21	BDI 1	278,25	1.113,00

Página: 3 de 6



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -



Estado de Minas Gerais
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
Administração 2025/2028
GESTÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E PLANEJAMENTO URBANO

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

OBRA:		REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DOM EDUARDO								
PROPONENTE: Prefeitura Municipal de Coromandel						DESON.		BDI 1	BDI 2	DATA BASE
LOCAL: Praça Dom Eduardo s/n, Bairro Centro, Coromandel/MG						NÃO		24,66%		SINAPI 01/2025 / SEINFRA-MG 08/2023
ENG.º RESPONSÁVEL: Natália Felix de Lima - CREA: MG 248,064/D										
ORÇAMENTO ANALÍTICO										
ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QUANTID.	CUSTO UNIT. (R\$)	BDI (%)	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	
8.1.6	SINAPI	89353	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	4,00	53,06	BDI 1	66,14	264,56	
8.1.7	SEINFRA-MG	ED-50323	TORNEIRA METÁLICA PARA IRRIGAÇÃO/JARDIM, ACABAMENTO CROMADO, APLICAÇÃO DE PAREDE, INCLUSIVE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	8,00	47,88	BDI 1	59,68	477,44	
8.1.8	SINAPI	89383	ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM X 3/4", INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	4,00	6,29	BDI 1	7,84	31,36	
8.1.9	SINAPI	89395	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	2,00	12,45	BDI 1	15,52	31,04	
8.1.10	SINAPI	3884	NIPLE PVC, ROSCAVEL, 3/4", ÁGUA FRIA PREDIAL	UN	10,00	2,45	BDI 1	3,05	30,50	
8.1.11	SINAPI	3884	LULA PVC, ROSCAVEL, 3/4", ÁGUA FRIA PREDIAL	UN	4,00	2,45	BDI 1	3,05	12,20	
8.1.12	SINAPI	89390	UNIÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	8,00	20,80	BDI 1	25,92	207,36	
8.1.13	SINAPI	7114	TE PVC, SOLDÁVEL, COM BUCHA DE LATÃO NA BOLSA CENTRAL, 90 GRAUS, 32 MM X 3/4", PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	UN	6,00	12,98	BDI 1	16,18	97,08	
8.1.14	SINAPI	1198,00	CAP PVC, ROSCAVEL, 3/4", PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	UN	4,00	2,33	BDI 1	2,90	11,60	
8.1.15	SINAPI	93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	M3	27,00	78,88	BDI 1	98,33	2.654,91	
8.1.16	SEINFRA-MG	ED-51120	REATERRO MANUAL DE VALA, INCLUSIVE ESPALHAMENTO E COMPACTAÇÃO MANUAL COM SOQUETE	M3	27,00	67,39	BDI 1	84,00	2.268,00	
						SUBTOTAL ITEM 8			23.648,87	
9			LUMINOTECNIA						19.931,86	
9.1	PMC-CPU	001	LUMINÁRIA DECORATIVA PARA ÁREA EXTERNA, IP66, CORPO EM AÇO CARBONO PINTURA ELETROSTÁTICA, COR PRETO, FACHO 120º, DRIVER INCLUSO, SUPORTE PARA FIXAÇÃO Ø58MM COM AVANÇO DE 150MM SEM INCLINAÇÃO, INCLUSIVE MÓDULO LED INTEGRADO 50W BIVOLT 5.000K, MODELO CLARÃO IP 751/1 OU SIMILAR	UN	13,00	466,76	BDI 1	581,86	7.564,18	
9.2	PMC-CPU	002	POSTE DECORATIVO PARA JARDIM EM AÇO TUBULAR GALVANIZADO Ø50mm, H=3,0M, SEM LUMINÁRIA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	13,00	763,17	BDI 1	951,36	12.367,68	
						SUBTOTAL ITEM 9			19.931,86	
10			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS						24.607,91	
10.1	SINAPI	101875	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 12 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00	358,77	BDI 1	447,24	447,24	
10.2	SINAPI	91873	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	2,00	22,04	BDI 1	27,47	54,94	
10.3	SINAPI	91853	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 20 MM (1/2"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	209,27	9,34	BDI 1	11,64	2.435,90	

Página: 4 de 6



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -



Estado de Minas Gerais
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
Administração 2025/2028
GESTÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E PLANEJAMENTO URBANO

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

OBRA:		REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DOM EDUARDO							
PROPONENTE: Prefeitura Municipal de Coromandel					DESON.	BDI 1	BDI 2	DATA BASE	
LOCAL: Praça Dom Eduardo s/n, Bairro Centro, Coromandel/MG					NÃO	24,66%		SINAPI 01/2025 / SEINFRA-MG 08/2023	
ENG.º RESPONSÁVEL: Natália Felix de Lima - CREA: MG 248.064/D									
ORÇAMENTO ANALÍTICO									
ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QUANTID.	CUSTO UNIT. (R\$)	BDI (%)	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
10.4	SINAPI	91855	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	16,77	10,97	BDI 1	13,67	229,24
10.5	SINAPI	91857	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	21,47	15,66	BDI 1	19,52	419,09
10.6	SINAPI	91860	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	2,00	12,98	BDI 1	16,18	32,36
10.7	SEINFRA-MG	ED-49197	CAIXA DE INSPEÇÃO EM CONCRETO, TIPO "ZA" PASSEIO, PADRÃO CEMIG, DIMENSÃO (28X28)CM, ALTURA 40CM, COM TAMPA E ARO ARTICULADO EM FERRO FUNDIDO, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, APILOAMENTO, LASTRO DE BRITA, REATERRO E TRANSPORTE E RETIRADA DO MATERIAL ESCAVADO (EM CAÇAMBA)	UN	15,00	211,12	BDI 1	263,18	3.947,70
10.8	SINAPI	96985	HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 5/8", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	17,00	103,39	BDI 1	128,88	2.190,96
10.9	SEINFRA-MG	ED-49133	CABO DE COBRE NU # 16 MM2, ENTERRADO, EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO E REATERRO	M	8,90	18,41	BDI 1	22,94	204,16
10.10	SINAPI	101632	RELÊ FOTOELÉTRICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 1000 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	UN	1,00	40,68	BDI 1	50,71	50,71
10.11	SEINFRA-MG	ED-48989	CABO DE COBRE FLEXÍVEL, CLASSE 5, ISOLAMENTO TIPO EPR/HEPR, NÃO HALOGENADO, ANTICHAMA, TERMOFIXO, UNIPOLAR, SEÇÃO 2,5 MM2, 90°C, 0,6/1KV	M	1.105,00	4,56	BDI 1	5,68	6.276,40
10.12	SEINFRA-MG	ED-48995	CABO DE COBRE FLEXÍVEL, CLASSE 5, ISOLAMENTO TIPO EPR/HEPR, NÃO HALOGENADO, ANTICHAMA, TERMOFIXO, UNIPOLAR, SEÇÃO 6 MM2, 90°C, 0,6/1KV	M	8,00	9,17	BDI 1	11,43	91,44
10.13	SEINFRA-MG	ED-49001	CABO DE COBRE FLEXÍVEL, CLASSE 5, ISOLAMENTO TIPO EPR/HEPR, NÃO HALOGENADO, ANTICHAMA, TERMOFIXO, UNIPOLAR, SEÇÃO 16 MM2, 90°C, 0,6/1KV	M	6,00	20,33	BDI 1	25,34	152,04
10.14	SEINFRA-MG	ED-49228	DISJUNTOR MONOPOLAR TERMOMAGNÉTICO 5KA, DE 10A	UN	4,00	23,51	BDI 1	29,30	117,20
10.15	SEINFRA-MG	ED-49270	DISJUNTOR BIPOLAR TERMOMAGNÉTICO 5KA, DE 16A	UN	2,00	52,68	BDI 1	65,67	131,34
10.16	SEINFRA-MG	ED-15117	DISJUNTOR DE PROTEÇÃO DIFERENCIAL RESIDUAL (DR), TETRAPOLAR, TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 63A, ALTA SENSIBILIDADE, CORRENTE DIFERENCIAL RESIDUAL NOMINAL COM ATUAÇÃO DE 30MA	UN	1,00	164,47	BDI 1	205,02	205,02
10.17	PMC-CPU	003	DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSÃO MÁXIMA DE 275 V, CORRENTE MÁXIMA DE *30"KA (TIPO AC)	UN	4,00	159,95	BDI 1	199,39	797,56
10.18	SINAPI	93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	M3	37,43	78,88	BDI 1	98,33	3.680,49
10.19	SEINFRA-MG	ED-51120	REATERRO MANUAL DE VALA, INCLUSIVE ESPALHAMENTO E COMPACTAÇÃO MANUAL COM SOQUETE	M3	37,43	67,39	BDI 1	84,00	3.144,12
						SUBTOTAL ITEM 10		24.607,91	
11			MOBILIÁRIO						84.514,61
11.1	SINAPI	103307	INSTALAÇÃO DE LIXEIRA METÁLICA DUPLA, CAPACIDADE DE 60 L, EM TUBO DE AÇO CARBONO E CESTOS EM CHAPA DE AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_11/2021	UN	6,00	1.335,73	BDI 1	1.665,12	9.990,72

Página: 5 de 6



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -



Estado de Minas Gerais
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
Administração 2025/2028
GESTÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E PLANEJAMENTO URBANO

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

OBRA:		REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DOM EDUARDO								
PROPONENTE: Prefeitura Municipal de Coromandel					DESON.		BDI 1	BDI 2	DATA BASE	
LOCAL: Praça Dom Eduardo s/n, Bairro Centro, Coromandel/MG					NÃO		24,66%		SINAPI 01/2025 / SEINFRA-MG 08/2023	
ENG.º RESPONSÁVEL: Natália Felix de Lima - CREA: MG 248.064/D										
ORÇAMENTO ANALÍTICO										
ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QUANTID.	CUSTO UNIT. (R\$)	BDI (%)	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	
11.2	SINAPI	103304	INSTALAÇÃO DE BANCO METÁLICO COM ENCOSTO, 1,60 M DE COMPRIMENTO, EM TUBO DE AÇO CARBONO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_11/2021	UN	9,00	1.247,00	BDI 1	1.554,51	13.990,59	
11.3	PMC-CPU	004	PLACA INTERPRETATIVA PEQUENA, MODELO MTUR/IPHAN 30X100CM (LxC)	UN	2,00	279,36	BDI 1	348,25	696,50	
						SUBTOTAL ITEM 11			84.514,61	
12			DIVERSOS						15.989,22	
12.1	SEINFRA-MG	ED-50266	LIMPEZA FINAL PARA ENTREGA DA OBRA	M2	1.540,39	7,18	BDI 1	8,95	13.786,49	
12.2	SEINFRA-MG	ED-50392	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE OBRA EM CENTRO URBANO OU REGIÃO LÍMITROFE COM VALOR ATÉ O VALOR DE 1.000.000,00	%	0,50	353.399,30	BDI 1	440.547,56	2.202,73	
						SUBTOTAL ITEM 12			15.989,22	
					VALOR TOTAL (R\$)					520.247,02

Observações:

Foi considerado truncamento de duas casas decimais para Custo Unitário; Preço Unitário; Preço Total. Foi considerado arredondamento de duas casas decimais para Quantidade; BDI.

Coromandel/MG

Local

26 de março de 2025

Data

Nome: Natália Felix de Lima

Título: Engenheira Civil

CREA: MG 248.064/D

ART: MG20242899207



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -



Estado de Minas Gerais
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
Administração 2021/2024
GESTÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E PLANEJAMENTO URBANO

COMPOSIÇÕES

DATA BASE: SINAPI 01/2025 / SEINFRA-MG 08/2023 - SEM DESONERAÇÃO

FORTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFIC.	CUSTO UNIT.	TOTAL
PMC-CPU	001	LUMINÁRIA DECORATIVA PARA ÁREA EXTERNA, IP66, CORPO EM AÇO CARBONO PINTURA ELETROSTÁTICA COR PRETO, FACHO 120°, DRIVER INCLUSO, SUPORTE PARA FIXAÇÃO Ø50MM COM AVANÇO DE 150MM SEM INCLINAÇÃO, INCLUSIVE MÓDULO LED INTEGRADO 50W BIVOLT 5.000K, MODELO CLARÃO IP 751/1 OU SIMILAR	UN			466,76
SINAPI	42243	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 98 W ATE 137 W, INVOLUCRO EM ALUMÍNIO OU AÇO INOX	UN	1,00	431,61	431,61
SINAPI	88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,70	27,47	19,22
SINAPI	88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,70	22,48	15,73
SINAPI	21127	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 5 M	UN	0,05	3,46	0,20
PMC-CPU	002	POSTE DECORATIVO PARA JARDIM EM AÇO TUBULAR GALVANIZADO Ø50mm, H=3,0M, SEM LUMINÁRIA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN			760,17
SINAPI	12388	POSTE DECORATIVO PARA JARDIM EM AÇO TUBULAR, SEM LUMINÁRIA, H = "2,5" M	UN	1,4800	301,63	446,41
SINAPI	93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M, AF_02/2021	M3	0,0495	78,88	3,90
SEINFRA-MG	ED-51120	REATERRO MANUAL DE VAIA, INCLUSIVE ESPALHAMENTO E COMPACTAÇÃO MANUAL COM SOQUETE	M3	0,0495	67,39	3,33
SINAPI	98620	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, AF_01/2024	M3	0,0106	738,24	7,82
SEINFRA-MG	ED-48951	CABO DE COBRE FLEXIVEL, CLASSE 5, ISOLAMENTO TIPO LSHF/ATOX, NÃO HALOGENADO, ANTICHAMA, TERMOPLÁSTICO, UNIPOLAR, SEÇÃO 2,5 MM², 70°C, 450/750V	M	15,0000	4,43	66,45
SEINFRA-MG	ED-13931	CABO DE COBRE NU #16MM² - 7 FIOSX1,70MM, PARA ELEMENTOS DE CAPTAÇÃO/ANEL DE CONTATAMENTO (SPDA), INCLUSIVE PRESILHA DE FIXAÇÃO	M	1,0000	21,88	21,88
SINAPI	2688	ELETRODUTO PVC FLEXIVEL, CORRUGADO, COR AMARELA, DE 25 MM	M	4,0000	2,76	11,04
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,0000	19,94	19,94
SINAPI	88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,0000	27,47	54,94
SINAPI	88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,0000	22,48	44,96
SINAPI	20111	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M	UN	0,0500	9,15	0,54
SINAPI	404	FITA ISOLANTE DE BORRACHA AUTOFUSAO, USO ATE 69 KV (ALTA TENSÃO)	M	0,6400	1,24	0,79
SINAPI	100722	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO), AF_01/2020	M2	0,5498	25,16	13,83
SINAPI	100726	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO E ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO GRAFITE) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO), AF_01/2020	M2	1,0994	28,97	31,84
SINAPI	88310	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,8000	28,58	22,86
SINAPI	34466	AJUDANTE DE PINTOR (HORISTA)	H	0,8000	15,81	12,64
PMC-CPU	003	DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSÃO MÁXIMA DE 275 V, CORRENTE MÁXIMA DE "30"KA (TIPO AC)	UN			159,95
SINAPI	39470	DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSÃO MÁXIMA DE 275 V, CORRENTE MÁXIMA DE "30" KA (TIPO AC)	UN	1,00	134,98	134,98
SINAPI	88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,50	27,47	13,73
SINAPI	88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,50	22,45	11,24
PMC-CPU	004	PLACA INTERPRETATIVA PEQUENA, MODELO MTURISHAN 30X100CM (LxL)	UN			279,36
SINAPI	11047	CHAPA DE AÇO GALVANIZADA BITOLA GSG 19, E = 1,11 MM (8,88 KG/M²)	KG	7,9600	11,77	93,68
SINAPI	11026	CHAPA DE AÇO GALVANIZADA BITOLA GSG 14, E = 1,95 MM (15,60 KG/M²)	KG	0,3400	10,83	3,68
SINAPI	88315	SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,0000	26,87	53,74
SINAPI	88251	AUXILIAR DE SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,0000	22,62	44,04
SINAPI	100722	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO), AF_01/2020	M2	0,8000	25,16	20,12
SINAPI	100726	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO E ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO GRAFITE) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO), AF_01/2020	M2	1,6000	28,97	46,35
SINAPI	88310	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4000	28,58	11,43
SINAPI	34466	AJUDANTE DE PINTOR (HORISTA)	H	0,4000	15,81	6,32

Coromandel/MG
Local
26 de março de 2025
Data


Nome: Natália Félix de Lima
Título: Engenheiro Civil
CREA: MG 248.064/D
ART: MG20242899207



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -



Estado de Minas Gerais
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
Administração 2021/2024
GESTÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E PLANEJAMENTO URBANO

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

PROPOSTANTE: Prefeitura Municipal de Coromandel		VALOR DO INVESTIMENTO: R\$ 520.247,02		PRazo DE EXECUÇÃO: 5 meses					
OBRA: INSTALAÇÃO DA PRAÇA DOB EOLUADO		LOCAL: Praça Dom Filipe de Alencar, Bairro Centro, Coromandel/MG		TIPO DE OBRA: Urbanística					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL (R\$)	PARTICIPAÇÃO POR 17299 (R\$)	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	
				SALIENTES (%)	ACUMULADO (%)	SALIENTES (%)	ACUMULADO (%)	SALIENTES (%)	ACUMULADO (%)
1	INSTALAÇÃO DA OBRA	28.202,74	5,08%	20,00	20,00	20,00	40,00	20,00	60,00
2	ADMINISTRATIVOS	61.552,65	0,91%	20,00	20,00	20,00	40,00	20,00	60,00
3	SERVIÇOS DE CARGA E TRANSPORTE	5.297,32	1,02%	33,30	33,30	33,30	66,60	33,40	100,00
4	DEMOIÇÕES / REMOÇÃO	19.449,25	3,74%	50,00	50,00	50,00	100,00	100,00	100,00
5	PISO	174.489,61	33,54%	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	50,00
6	PORTUA	3.225,87	0,62%	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	50,00
7	PAISAGISMO	71.181,11	13,68%	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00
8	INSTALAÇÕES HIDROGRANTARIAS	22.448,87	4,33%	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	50,00
9	LUMINOTECNA	19.331,06	3,73%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	24.807,91	4,77%	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	50,00
11	MOBILIÁRIO	84.514,61	16,25%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	OUTROS	15.889,22	3,07%	0,00	0,00	18,00	18,00	52,00	70,00
TOTAL (%):			100,00%	5,20	5,20	5,20	18,41	22,93	33,34
TOTAL (R\$):		R\$ 520.247,02		27.879,61	27.879,61	27.879,61	54.153,62	119.295,28	173.448,90
									208.677,25
									383.171,15
									137.135,87
									501.347,02

Coromandel
Local
26 de março de 2025

Nome: Nilsa F. de Lima
Título: Engenheira Civil
CPF: 045.153.627
ART: MAC20242899207



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -



Estado de Minas Gerais
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
Administração 2021/2024

GESTÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E PLANEJAMENTO URBANO

COMPOSIÇÃO DO BDI

COMPOSIÇÃO DO BDI		
SIGLA	ITEM	PORCENTAGEM
AC	Administração Central	4,00%
SG	Seguro e Garantia	0,80%
R	Risco	1,27%
DF	Despesas Financeiras	1,23%
L	Lucro	8,96%
CP	Tributos (Impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	3,65%
ISS	Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	2,50%
	Alíquota do ISS do município (entre 2% e 5%)	5,00%
	Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS	50,00%
CPRB	Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	4,50%
BDI PAD	BDI sem desoneração	24,66%
BDI DES	BDI com desoneração	30,94%

FÓRMULA DO BDI (Fórmula Acórdão TCU)	
$BDI.PAD = \frac{(1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS)} - 1$	
$BDI.DES = \frac{(1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS-CPRB)} - 1$	

AC | Administração Central - Percentual incluído no contrato para suprir gastos gerais que a empresa efetua com a sua administração, tais como: aluguel da sede, salários dos funcionários da sede, material de expediente, entre outros.

SG | Garantias, Seguros e Imprevistos - Percentual incluído no contrato para suprir gastos com imprevistos, etc.

R | Riscos - Percentual incluído no contrato para suprir gastos com riscos.

DF | Despesas Financeiras - Despesas financeiras são gastos relacionados à perda monetária decorrente da defasagem entre a data do efetivo desembolso e a data da receita correspondente.

L | Lucro - Percentual incluído no contrato referente ao lucro pretendido.

CP | Somatório do COFINS e PIS.

ISS | Imposto Sobre Serviços.

CPRB | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Coromandel/MG
Local

26 de março de 2025
Data

Nome: Natália Felix de Lima
Título: Engenheira Civil
CREA: MG 248.064/D
ART: MG20242899207



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -



Estado de Minas Gerais
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
Administração 2021/2024
GESTÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E PLANEJAMENTO URBANO

ORÇAMENTO SINTÉTICO

REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DOM EDUARDO

PROponente: Prefeitura Municipal de Coromandel

Local: Praça Dom Eduardo s/n, Bairro Centro, Coromandel/MG

Eng.º Responsável: Natália Felix de Lima - CREA: MG 248.084/D

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL (R\$)	PARTICIPAÇÃO POR ETAPA (%)
1	INSTALAÇÃO DA OBRA	R\$ 26.329,74	5,06%
2	ADMINISTRATIVOS	R\$ 51.563,65	9,91%
3	SERVIÇOS DE CARGA E TRANSPORTE	R\$ 5.297,32	1,02%
4	DEMOLIÇÕES / REMOÇÃO	R\$ 19.468,25	3,74%
5	PISO	R\$ 174.489,61	33,54%
6	PINTURA	R\$ 3.225,87	0,62%
7	PAISAGISMO	R\$ 71.180,11	13,68%
8	INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS	R\$ 23.648,87	4,55%
9	LUMINOTECNIA	R\$ 19.931,86	3,83%
10	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	R\$ 24.607,91	4,73%
11	MOBILIÁRIO	R\$ 84.514,61	16,25%
12	DIVERSOS	R\$ 15.989,22	3,07%
TOTAL:		R\$ 520.247,02	100%

Natália Felix





ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

PROJETO DE RESTAURAÇÃO

PRAÇA DOM EDUARDO
Caderno de Estudos



Projeto de Restauração da
Praça Dom Eduardo

Memorial Descritivo

Responsável Técnico:

HONORIO NICHOLLS
PEREIRA:8727230066
3

Honório Nicholls Pereira
Arquiteto e Urbanista
CAU A26.207-2

Coromandel
Maio de 2024

SANETEC – Saneamento e Serviços Técnicos de Engenharia Ltda.
R. Rio de Janeiro, 282/906 . Centro . CEP 30.160-040 . Belo Horizonte/MG . telefax: (31) 3201-4766

1



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

PROJETO DE RESTAURAÇÃO

PRAÇA DOM EDUARDO
Caderno de Estudos

EDITORIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL

Fernando Breno Valadares Vieira
Prefeito Municipal de Coromandel

Franciene Raquel Pereira Paiva
Gestora Municipal de Educação, Cultura e Turismo

Hélia Francinet Calixto Cortes
Diretora de Cultura

SANETEC Saneamento e Serviços Técnicos de Engenharia Ltda.

Honório Nicholls Pereira
Arquiteto e Urbanista
CAU A26.207-2

SANETEC – Saneamento e Serviços Técnicos de Engenharia Ltda.
R. Rio de Janeiro, 282/906 . Centro . CEP 30.160-040 . Belo Horizonte/MG . telefax: (31) 3201-4766

2



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

PROJETO DE RESTAURAÇÃO

PRAÇA DOM EDUARDO
Caderno de Estudos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
INTRODUÇÃO	5
FICHA TÉCNICA	6
LOCALIZAÇÃO	6
1. PROJETO ARQUITETÔNICO	7
1.1 MEMORIAL DESCRITIVO	7
2. PROJETO PAISAGÍSTICO	12
2.1. MEMORIAL DESCRITIVO	12
2.2. ESPÉCIES VEGETAIS	13
3. PROJETOS ELÉTRICO E LUMINOTÉCNICO	19
3.1. OBJETIVO	19
3.2. NORMAS ATENDIDAS	19
3.3. MEMORIAL DESCRITIVO	19
4. PROJETO HIDROSSANITÁRIO E DRENAGEM PLUVIAL	24
4.1. OBJETIVO	24
4.2. NORMAS ATENDIDAS	24
4.3. MEMORIAL DESCRITIVO	24

SANETEC – Saneamento e Serviços Técnicos de Engenharia Ltda.
R. Rio de Janeiro, 282/906 . Centro . CEP 30.160-040 . Belo Horizonte/MG . telefax: (31) 3201-4766

3



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 –

PROJETO DE RESTAURAÇÃO

PRAÇA DOM EDUARDO

Caderno de Estudos

APRESENTAÇÃO

Este Caderno de Estudos é parte integrante do **Projeto de Restauração da Praça Dom Eduardo** em Coromandel, Estado de Minas Gerais, e tem por finalidade apresentar a proposta de restauração de seus elementos físicos e construtivos com vistas à revitalização do espaço público para uso cultural e de lazer. O trabalho foi elaborado pela SANETEC Saneamento e Serviços Técnicos de Engenharia Ltda., sob responsabilidade técnica do Arquiteto e Urbanista Honório Nicholls Pereira (CAU A26.207-2) para a Prefeitura Municipal de Coromandel,, entre os meses de julho e setembro de 2022.

SANETEC – Saneamento e Serviços Técnicos de Engenharia Ltda.
R. Rio de Janeiro, 282/906 . Centro . CEP 30.160-040 . Belo Horizonte/MG . telefax: (31) 3201-4766

4



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

PROJETO DE RESTAURAÇÃO

PRAÇA DOM EDUARDO
Caderno de Estudos

INTRODUÇÃO

A Prefeitura Municipal de Coromandel apresenta o **Projeto de Restauração da Praça Dom Eduardo**, propondo a restauração e revitalização do espaço público para seu tradicional uso cultural e de lazer.

A **Praça Dom Eduardo** é o mais significativo e antigo espaço público da cidade de Coromandel, tendo sido tombada para fins de preservação através do Decreto 3.013/2007, recebendo a Inscrição n.º 3 do Livro de Tombo municipal. Ao centro da praça encontra-se a Igreja Matriz de Santana, cuja ereção remonta ao primeiro quartel do séc. XIX, tendo sido reformada no início do séc. XX, quando ganhou sua atual configuração espacial. A **Praça Dom Eduardo** encontra-se atualmente em péssimo estado de conservação, carecendo de intervenção em todos os seus aspectos físicos e construtivos. A proposta de restauração contribuirá para a preservação e valorização não somente da praça, mas também da memória histórica de Coromandel.

O **Projeto de Restauração da Praça Dom Eduardo** compreende o conjunto de elementos necessários e suficientes para execução das ações destinadas a preservar e prolongar o tempo de vida útil do espaço público, englobando não apenas a restauração, mas também ações de manutenção e conservação. O Projeto está dividido em três seções.

A primeira seção refere-se à etapa de *Levantamento e Documentação* e tem como objetivo conhecer e analisar a praça sob os aspectos histórico, artístico, formal e técnico. Objetiva também compreender seus significados ao longo do tempo, conhecer as alterações feitas ao longo do tempo e, principalmente, os valores pelos quais foi reconhecida como patrimônio cultural. Nessa seção são apresentados os levantamentos histórico, documental, físico e cadastral, complementados pela análise e descrição do monumento e de sua inserção no núcleo urbano de Coromandel.

A segunda seção refere-se ao *Diagnóstico* do edifício, que consolida as pesquisas e estudos anteriormente realizados, complementando o conhecimento do objeto. São analisados, de forma pormenorizada, os aspectos físicos e ambientais que influenciam o estado de conservação da praça, além dos problemas e questões relativos ao seu estado atual de conservação. São apresentados, através de laudo técnico, os principais danos e patologias, sendo identificados os agentes e as causas que geram os danos. Tal mapeamento serve de base à elaboração de um relatório técnico com recomendações para a conservação preventiva e para a implementação de diretrizes de intervenção, que serão retomadas e consideradas na etapa seguinte, o *Projeto de Restauração*.

A terceira e última seção do trabalho consiste no *Projeto de Restauração* propriamente dito, que compreende o conjunto de ações necessárias e suficientes para caracterizar a intervenção, determinando soluções, definindo usos e procedimentos de execução, abordados técnica e conceitualmente. O projeto é composto pelas disciplinas de Arquitetura, Paisagismo, Instalações Hidrosanitárias e Elétricas. Os conteúdos incluem justificativas teórica e conceitual, memorial descritivo, especificações técnicas, desenhos em pranchas e escalas apropriadas e demais informações necessárias ao perfeito entendimento do projeto em questão.

Com este projeto de intervenção, acredita-se que a **Praça Dom Eduardo** voltará a receber o seu uso tradicional que é compatível com suas características e significados e, assim, contribuirá para a preservação e salvaguarda deste importante monumento arquitetônico e urbanístico do município de Coromandel.

SANETEC – Saneamento e Serviços Técnicos de Engenharia Ltda.
R. Rio de Janeiro, 282/906 . Centro . CEP 30.160-040 . Belo Horizonte/MG . telefax: (31) 3201-4766

5

PROJETO DE RESTAURAÇÃO

PRAÇA DOM EDUARDO Caderno de Estudos

FICHA TÉCNICA

Projeto:	Projeto de Restauração da Praça Dom Eduardo
Imóvel:	Praça Dom Eduardo – Coromandel/MG
Endereço:	Pç. Dom Eduardo, s/n – Coromandel/MG
Propriedade:	Pública
Finalidade:	Restauração e Revitalização
Área Construída:	5.326 m ²
Época de construção:	Primeiro quartel do séc. XIX, com alterações ao longo dos anos

LOCALIZAÇÃO

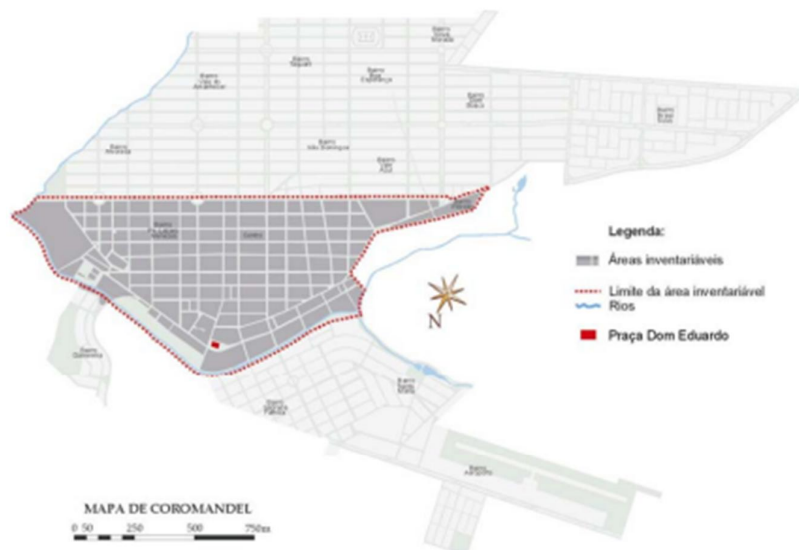


FIGURA 01 – Mapa de localização da Praça Dom Eduardo na cidade de Coromandel (FONTE: SANETEC, 2007).



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

PROJETO DE RESTAURAÇÃO

PRAÇA DOM EDUARDO
Caderno de Estudos

1. PROJETO ARQUITETÔNICO

1.1 MEMORIAL DESCRITIVO

1.1.1 Aspectos Teóricos e Conceituais

O Projeto de Revitalização da **Praça Dom Eduardo** materializa a proposta de revitalização de uma praça que apresenta valores histórico, artístico, simbólico e sócio-cultural, procurando adaptá-la e dotá-la com condições de segurança, conforto e acessibilidade exigidas pela legislação atual, sem, entretanto, desvirtuar sua imagem, significados e uso tradicional.

Os valores histórico e sócio-cultural do espaço são indiscutíveis. A ocupação do Largo da Matriz, atual Praça Dom Eduardo, remonta ao quartel inicial do séc. XIX. A capela que deu origem à Igreja Matriz de Santana foi construída nessa época, sendo ampliada em 1905. A Igreja Matriz de Santana é o mais antigo exemplar arquitetônico da cidade, tendo mantido, ao longo do tempo, o seu uso tradicional – como *templo religioso*. É o único exemplar de arquitetura religiosa da cidade que remonta ao séc. XIX, sendo considerado um marco urbano por sua implantação diferenciada, no centro da Praça Dom Eduardo. A praça é considerada, por sua vez, como o “centro histórico” de Coromandel. Forma, com as edificações do entorno, um interessante conjunto urbano que merece ser preservado por suas características peculiares: pouca densidade, agenciamento, volumetria baixa e antiguidade. O caráter de historicidade da praça também é perceptível na materialização da passagem do tempo¹, pelo envelhecimento da matéria e também pela sobreposição das camadas históricas e de intervenções feitas ao longo dos anos.

Os valores artístico e urbanístico da praça também estão presentes. Vários são os aspectos associados à sua artísticidade.² Destaca-se, como já dito antes, a presença privilegiada da praça no núcleo urbano de Coromandel, sendo ela um *fato urbano*³ importante, um elemento estruturante da paisagem urbana. Outro relevante aspecto artístico refere-se à identificação, em seu desenho e em seu paisagismo, de uma solução comum em espaços públicos das cidades do interior de Minas Gerais: uso de formas geométricas, organização de caminhos sobre as curvas de nível, economia de espécies arbustivas e forrageiras, uso de espécies arbóreas do Cerrado entremeadas a espécies “exóticas”.

Outras dimensões estão presentes na praça: é um lugar carregado de valores simbólicos e afetivos, onde ocorreram e ainda ocorrem diversas eventos e manifestações populares e religiosos.

¹ De acordo com Cesare Brandi, a pátina é uma alteração ou sobreposição à obra de arte que não representa necessariamente o produto de um fazer humano, sendo definida como “*aquele particular ofuscamento que a novidade da matéria recebe através do tempo e é, portanto, testemunho do tempo transcorrido*”. Cf. BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Trad. Beatriz Mugayar Kuhl. Cotia, São Paulo: Ateliê das Artes, 2004. p. 72-73.

² Artísticidade é um neologismo empregado por Cesare Brandi em sua Teoria da Restauração. Cf. BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Trad. Beatriz Mugayar Kuhl. Cotia, São Paulo: Ateliê das Artes, 2004. p. 28.

³ Fatos urbanos, para Aldo Rossi, são os elementos constitutivos da cidade: Monumentos, praças, ruas, bairros e até mesmo a cidade como um todo. Para Rossi, “*na natureza do fato urbano há algo que o torna muito semelhante, e não só metaforicamente, à obra de arte*”. O caráter artístico dos fatos urbanos estaria ligado à sua qualidade e unicidade. Cf. ROSSI, Aldo. *Arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

PROJETO DE RESTAURAÇÃO

PRAÇA DOM EDUARDO

Caderno de Estudos

Reconhecida as instâncias histórica, estética e simbólica do bem cultural, resta resolver as questões restaurativas e de adaptação que se colocam, levando em consideração a dialética destas instâncias - que podem ter exigências próprias, distintas e contrastantes.

O Restauro é entendido como uma intervenção dirigida sobre um bem cultural que visa à conservação de sua autenticidade⁴ e integridade e que deve resultar na sua apropriação pela comunidade. Seu objetivo é conservar as estruturas históricas e suas funções estruturais, revelando os valores culturais e melhorando a legibilidade sem que haja perda da autenticidade e integridade, dentro dos limites da evidência material existente. O Restauro deve também garantir a transmissão dos significados do bem cultural em questão às futuras gerações, através da proposição de usos adequados e de ações complementares (plano de gestão, conservação preventiva e outras) que garantam sua sustentabilidade.

Tal intervenção – o Restauro – baseia-se em um ato crítico-cultural que, ao procurar reconstituir o texto autêntico da obra, procede ao juízo de valor necessário para superar eventuais conflitos entre as instâncias histórica e estética. Por se tratar de intervenção em uma obra de arte, o restauro deve privilegiar, em caso de conflito, a instância estética.

Entende-se que o Restauro deve agir somente sobre a matéria de que é feita a obra de arte. A matéria é entendida como aquilo que garante a manifestação da imagem, sua visibilidade e, conseqüentemente, o desfrute artístico. A matéria é feita de aspecto e estrutura; em caso de conflito entre aspecto e estrutura, dever ser priorizado o aspecto.

O Restauro deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso histórico e um falso artístico, e sem cancelar os traços da passagem do tempo na obra.

Os princípios que se seguem são de que, caso sejam necessárias reintegrações, elas devem ser facilmente reconhecíveis, mas sem infringir a própria unidade visual que procuram reconstituir. A matéria só é considerada insubstituível quando contribuir diretamente para a figuratividade da imagem como aspecto. As lacunas, entendidas como interrupções no tecido figurativo, devem ser trabalhadas de modo a não prejudicar a leitura do monumento enquanto imagem.

As técnicas de restauração a serem utilizadas devem, sempre que possível, resultar de investigações, testes e análises científicas sobre os materiais, as técnicas e as tecnologias utilizadas na construção e em eventuais reformas ou restaurações pelas quais o bem cultural tenha passado. A intervenção deve respeitar a função original e assegurar a compatibilidade com os materiais e estruturas existentes; e com a manutenção dos valores histórico e estético da edificação. Qualquer inovação tecnológica deve se mostrar adequada à conservação ou, quando resultar de uma necessária adaptação de uso, deve se mostrar adequada aos materiais e técnicas preexistentes. As intervenções devem se restringir ao absolutamente necessário, se distinguir da preexistência e serem reversíveis.

Deve-se estimular o conhecimento, a manutenção e a utilização de técnicas e materiais tradicionais, sendo eles importantes componentes do patrimônio cultural. No caso de utilização de técnicas e materiais tradicionais, deve-se evitar os falsos artístico e histórico.

⁴ De acordo com a Carta de Cracóvia 2000, por autenticidade de um monumento se entende "a soma de seu caráter substancial, historicamente acertado, desde a implantação original à situação atual, como êxito das várias transformações ocorridas ao longo do tempo".



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

PROJETO DE RESTAURAÇÃO

PRAÇA DOM EDUARDO
Caderno de Estudos

1.1.2. Proposta de Intervenção

A Proposta de Intervenção para a **Praça Dom Eduardo** adotou, como partido, a necessidade de equacionar três fatores determinantes, quais sejam:

- Degradação estrutural e de materiais;
- Adaptação às normas e legislações vigentes em níveis federal, estadual e municipal;
- Restauração do potencial figurativo e imagético do bem cultural, entendido como obra de arte.

A equação dos fatores determinantes será feita em conformidade com as disposições das seguintes cartas e convenções internacionais: Carta de Veneza (1964), Carta de Cracóvia (2000) e Princípios para Análise, Conservação e Restauração Estrutural do Patrimônio Edificado (ICOMOS, 2003).

Degradação estrutural e de materiais

A análise do estado de conservação mostrou que agentes antrópicos, biológicos e ambientais causaram a maior parte das alterações perceptíveis na estrutura física da praça. A proposta de restauração leva em consideração a necessidade de recuperar a funcionalidade da praça, sem impedir que novos e antigos usos ali ocorram.

Adaptação às normas e legislações vigentes

Será necessário adaptar a edificação às normas e legislações vigentes, principalmente em relação à acessibilidade de portadores de necessidades especiais (NBR 9.050/2020).

Restauração enquanto Obra de Arte

Optou-se, como partido, pela intervenção mínima, pelo aproveitamento máximo da matéria, da forma e do aspecto existentes; pelo respeito à pátina e às camadas históricas sobrepostas no espaço. Acredita-se que, agindo com moderação, preservar-se-á a autenticidade e a integridade da praça, sendo alcançável, em contrapartida, uma boa adequação aos usos tradicionais.

Descrição sumária dos procedimentos propostos

A maior parte das intervenções previstas refere-se à restauração dos pisos das calçadas e dos caminhos internos. Estes apresentam péssimo estado e serão refeitos em concreto, mantendo o desenho existente.

Os bancos de concreto serão recuperados, substituídos ou complementados, conforme o caso, retomando, tanto quanto possível, a situação existente quando do tombamento da praça, em 2007. As luminárias decorativas estão todas destruídas e serão retiradas, sendo substituídas e complementadas por outras de modelo contemporâneo com módulos LED, de maior economia. Serão instaladas lixeiras nos principais pontos da praça, além de duas placas interpretativas pequenas de patrimônio cultural, padrão Ministério do Turismo/Iphan. O conteúdo, diagramação e confecção das placas não é objeto do presente contrato de trabalho.

PROJETO DE RESTAURAÇÃO

PRAÇA DOM EDUARDO Caderno de Estudos



FIGURA 1 – Placa interpretativa pequena (FONTE: Guia Brasileiro de Sinalização Turística. Marcelo Ribeiro e Sérgio Paz Magalhães (orgs.). Brasília: IPHAN, 2021. 2 ed. pp. 250; 262.).

O paisagismo será recuperado, tendo como baliza a situação existente em 2007, isto é, serão introduzidos novos espécimes arbóreos para aumentar o sombreamento nas laterais e no fundo da praça, deixando o Adro desimpedido. As espécies arbóreas serão todas nativas do Cerrado, portanto adaptadas ao clima de Coromandel. A proposta inclui ainda o plantio de cinco novas palmeiras imperiais (*Roystonea regia*) ladeando a igreja e valorizando-a.

Serão propostas novas espécies arbustivas, florais e forrageiras, principalmente nas proximidades da Igreja Matriz, de modo a criar novas ambiências e relações visuais, introduzindo flores e cores antes inexistentes. Esses arbustos, forragens e flores serão perenes e pouco exigentes, reduzindo (mas não eliminando) as necessidades de manutenção (ver Projeto Paisagístico).

A proposta prevê a retirada de uma árvore que foi plantada recentemente (após 2007), estando ela localizada no círculo existente na parte de trás da praça (Oeste). Essa árvore, embora de espécie nativa, está muito próxima à palmeira imperial que ocupa o centro do círculo, desviando a atenção da palmeira que, nesse local, deve ser o elemento predominante.

As instalações elétricas serão refeitas apenas para as luminárias decorativas, conforme as normas técnicas vigentes, com cabeamento subterrâneo. As instalações hidráulicas limitar-se-ão a uma nova rede/tubulação com algumas torneiras para irrigação, que será feita por meio de mangueiras d'água de 30 metros de extensão.

Em relação à acessibilidade, o projeto prevê a adequação da praça à NBR 9.050/2020, o que resultará em:

- Estabelecimento de rota acessível;
- Definição de vagas para idosos e portadores de necessidades especiais (PNE);
- Rebaixamento das calçadas junto às esquinas e em outros pontos de acesso;
- Execução de rampas, com declividades adequadas, ligando os diversos níveis da praça; e
- Marcações de piso com ladrilhos podotáteis direcionais e de alerta.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 –

PROJETO DE RESTAURAÇÃO

PRAÇA DOM EDUARDO

Caderno de Estudos

As intervenções, contudo, se limitarão ao estritamente necessário, evitando grandes alterações na praça, que é bem tombado pelo município.

Acredita-se que, com as intervenções propostas, será recuperada a unidade potencial da Praça Dom Eduardo, permitindo o desfrute e assegurando, com intervenções tecnicamente corretas, a transmissão desse precioso bem cultural às futuras gerações.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

PROJETO DE RESTAURAÇÃO

PRAÇA DOM EDUARDO
Caderno de Estudos

2. PROJETO PAISAGÍSTICO

2.1. MEMORIAL DESCRITIVO

O Projeto de Revitalização da **Praça Dom Eduardo** materializa a proposta de revitalização de uma praça que apresenta valores histórico, artístico, simbólico e sócio-cultural, procurando adaptá-la e dotá-la com condições de segurança, conforto e acessibilidade exigidas pela legislação atual, sem, entretanto, desvirtuar sua imagem, significados e uso tradicional.

O paisagismo será recuperado, tendo como baliza a situação existente em 2007, isto é, serão introduzidos novos espécimes arbóreos para aumentar o sombreamento nas laterais e no fundo da praça, deixando o Adro desimpedido. As espécies arbóreas serão todas nativas do Cerrado, portanto adaptadas ao clima de Coromandel. A proposta inclui ainda o plantio de cinco novas palmeiras imperiais (*Roystonea regia*) ladeando a igreja e valorizando-a.

Serão propostas novas espécies arbustivas, florais e forrageiras, principalmente nas proximidades da Igreja Matriz, de modo a criar novas ambiências e relações visuais, introduzindo flores e cores antes inexistentes. Esses arbustos, forragens e flores serão perenes e pouco exigentes, reduzindo (mas não eliminando) as necessidades de manutenção.

A proposta prevê a retirada de uma árvore que foi plantada recentemente (após 2007), estando ela localizada no círculo existente na parte de trás da praça (Oeste). Essa árvore, embora de espécie nativa, está muito próxima à palmeira imperial que ocupa o centro do círculo, desviando a atenção da palmeira que, nesse local, deve ser o elemento predominante.

Acredita-se que, com as intervenções propostas, será recuperada a unidade potencial da Praça Dom Eduardo, permitindo o desfrute e assegurando, com intervenções tecnicamente corretas, a transmissão desse precioso bem cultural às futuras gerações.







ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

PROJETO DE RESTAURAÇÃO

PRAÇA DOM EDUARDO
Caderno de Estudos

2.2. ESPÉCIES VEGETAIS





FOTO	NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	CICLO DE VIDA	N.º	CULTIVO	QUANT.	UNID.	FORNECIMENTO
	Grama Batatais	<i>Paspalum notatum</i>	Perene	6	Pode ser cultivada em solos mais pobres, com adubações semestrais e regas regulares, embora tenha certa resistência à estiagem. Não é indicada para situações de sombra ou meia-sombra, devendo ficar a pleno sol e ser irrigada regularmente. O solo deve ser corrigido com calcário a base de 200kg/ha (200g/m²).	2.660	m²	Manter existente
	Cedro	<i>Cedrela fissilis</i>	Perene	7	Deve ser cultivado sob sol pleno ou meia sombra, em qualquer tipo de solo, enriquecido com matéria orgânica e irrigado regularmente no primeiro ano após o plantio. As mudas destinadas para arborização urbana devem ser plantadas em covas bem preparadas e quando já estiverem bem desenvolvidas.	1	unid.	Muda de 1,5m
	Sibipiruna	<i>Caesalpinia peltophoroides</i>	Perene	8	Deve ser cultivada sob sol pleno, em qualquer tipo de solo, enriquecido com matéria orgânica e irrigado regularmente no primeiro ano após o plantio. É uma espécie longeva, se comparada a outras espécies pioneiras. Se bem cuidada e em ambiente propício pode chegar aos 100 anos. Multiplica-se facilmente por sementes. As mudas destinadas para arborização urbana devem ser plantadas em covas bem preparadas e quando já estiverem bem desenvolvidas.	1	unid.	Muda de 1,5m
	Angico	<i>Anadenanthera falcata</i>	Perene	9	Deve ser cultivado sob sol pleno, em solo fértil, drenável, enriquecido com matéria orgânica e irrigado regularmente no primeiro ano após o transplante das mudas. Multiplica-se por sementes.	1	unid.	Muda de 1,5m

SANETEC – Saneamento e Serviços Técnicos de Engenharia Ltda.
R. Rio de Janeiro, 282/906 - Centro - CEP 30.160-040 - Belo Horizonte/MG - telefax: (31) 3201-4766

13





PROJETO DE RESTAURAÇÃO

PRAÇA DOM EDUARDO
Caderno de Estudos

	Canafistula	Peltophorum dubium	Perene	10	Deve ser cultivada sob sol pleno, em solo fértil, drenável, argiloso, enriquecido com matéria orgânica e irrigado regularmente no primeiro ano após o transplante das mudas. Multiplica-se por sementes, que devem ser escarificadas antes do plantio, para quebra de dormência. As sementeiras ou tubetes devem ficar sob meia-sombra e irrigados pela manhã e pela tarde. As mudas devem ser transplantadas para saquinhos maiores ou para o local definitivo quanto atingirem 6 cm de altura.	1	unid.	Muda de 1,5m
	Ipê roxo	Tabebuia avellanedae	Perene	11	Deve ser cultivada sob sol pleno, em solo fértil, drenável, enriquecido com matéria orgânica e irrigado regularmente no primeiro ano após o transplante das mudas. Multiplica-se por sementes. As sementeiras ou tubetes devem ficar sob meia-sombra e irrigados pela manhã e pela tarde. As mudas devem ser transplantadas para saquinhos maiores ou para o local definitivo quanto atingirem 6 cm de altura.	1	unid.	Muda de 1,5m
	Ipê amarelo	Tabebuia chrysotricha	Perene	12	Deve ser cultivada sob sol pleno, em solo fértil, drenável, enriquecido com matéria orgânica e irrigado regularmente no primeiro ano após o transplante das mudas. Multiplica-se por sementes. As sementeiras ou tubetes devem ficar sob meia-sombra e irrigados pela manhã e pela tarde. As mudas devem ser transplantadas para saquinhos maiores ou para o local definitivo quanto atingirem 6 cm de altura.	1	unid.	Muda de 1,5m
	Quaresmeira	Tibouchina granulosa	Perene	13	Deve ser cultivada sob sol pleno, em solo fértil, profundo, drenável, enriquecido com matéria orgânica e irrigado regularmente no primeiro ano após o plantio ou transplante. Apesar de preferir esses cuidados, a quaresmeira é uma árvore pioneira, rústica e simples de cultivar, vegetando mesmo em solos pobres. Originária da mata atlântica, esta espécie aprecia o clima tropical e subtropical, tolerando bem o frio moderado. Multiplica-se por sementes, com baixa taxa de germinação, e por estaquia de ramos semi-lenhosos.	2	unid.	Muda de 1,5m

PROJETO DE RESTAURAÇÃO

PRAÇA DOM EDUARDO
Caderno de Estudos





	Pau-ferro	Caesalpinia ferrea	Perene	14	Deve ser cultivado sob sol pleno, em solo fértil, drenável, enriquecido com matéria orgânica irrigado regularmente no primeiro ano após o transplante das mudas. Multiplica-se por sementes, que devem ser escarificadas antes do plantio, para quebra de dormência. As sementinhas ou tubetes devem ficar sob meia-sombra e irrigados pela manhã e pela tarde. Emergem em 20 a 30 dias após o plantio. As mudas devem ser transplantadas para saquinhos maiores ou para o local definitivo quando atingirem 6 cm de altura.	10	unid.	Muda de 1,5m
	Palmeira imperial	Roystonea oleracea	Perene	15	Deve ser cultivada sob sol pleno, em solo fértil, enriquecido com matéria orgânica e irrigado regularmente. Responde bem à adubação, crescendo em velocidade. Fertilizar com adubos próprios para palmeiras durante o período de crescimento. Aprecia o calor e a umidade tropicais. Resistente aos ventos. Multiplica-se por sementes, recém colhidas de frutos maduros e postas a germinar em substrato arenoso e mantido úmido, preferencialmente em estufa. A germinação ocorre em 70 dias.	5	unid.	Muda de 1,5m
	Costeia de Adão	Monstera deliciosa	Perene	16	Deve ser cultivada em substrato rico em matéria orgânica, com regas regulares, à meia-sombra. Plantada isolada ou em pequenos grupos, pode ser tutorada para escalar sobre outras plantas e paredes. Produz frutos comestíveis. Multiplica-se por estaquia oriundas do caule.	4	unid.	Mudas de 60cm
	Maranta Variegada	Ctenanthe oppenheimiana	Perene	17	Deve ser cultivada sob meia-sombra, em solo fértil e enriquecido com matéria orgânica, irrigado regularmente. Adubações mensais leves são o suficiente para deixá-la vigorosa e bonita. No início da primavera corte as folhas velhas para uma nova brotação. Multiplica-se facilmente por divisão das touceiras.	14,91	m2	2 touceiras por m2

SANETEC – Saneamento e Serviços Técnicos de Engenharia Ltda.
R. Rio de Janeiro, 282/906 - Centro - CEP 30.160-040 - Belo Horizonte/MG - telefax: (31) 3201-4766

15

PROJETO DE RESTAURAÇÃO

PRAÇA DOM EDUARDO
Caderno de Estudos





	Curculigo	Curculigo capitulata	Perene	18	Dada a sua rusticidade, o curculigo é indicado para jardins de baixa manutenção, onde pode ser cultivado como forração, ou como bordadura, ao longo de canteiros, caminhos e muros. A poda drástica bianual estimula a renovação da folhagem. Devem ser cultivados à meia-sombra ou sombra, em solo fértil, leve e enriquecido com matéria orgânica, com regas regulares. Aprecia a umidade. Pode se tornar daninha, devido ao crescimento do seu rizoma para além das áreas delimitadas. Multiplica-se por divisão da touceira.	19,88	m2	2 touceiras por m2
	Jibóia	Epinemnum pinnatum	Perene	19	Deve ser plantada em substrato rico em matéria orgânica e receber regas periódicas. Deve ser cultivada à meia-sombra e até pleno sol, mas deve-se cuidar ao apoiá-la sobre árvores, pois com o crescimento corre o risco de sufocar a planta suporte. Tipicamente tropical, não tolera geadas e frio intenso. Multiplica-se por estaquia.	4	unid.	Mudas de 40m
	Prateadinha	Chamaeranthemum venosum	Perene	20	Deve ser cultivada sob meia-sombra, em solo fértil, enriquecido com matéria orgânica e irrigado regularmente. Aprecia o clima ameno e não tolera geadas. A folhagem frágil não tolera o pisoteio. Multiplica-se facilmente por sementes e divisão das mudas que se formam próximas a planta mãe.	10,36	m2	20 mudas de 30cm por m2
	Margarina	Leucanthemum vulgare	Perene	21	Devido à sua rusticidade é muito utilizada em jardins públicos. Presta-se à composição de maciços e bordaduras a pleno sol. Utilizada também como flor de corte. Devem ser cultivadas em solo composto de terra de jardim e terra vegetal, com regas regulares. Tolerante ao frio. Multiplica-se através da divisão das touceiras.	56,23	m2	4 touceiras de 30cm por m2

SANETEC – Saneamento e Serviços Técnicos de Engenharia Ltda.
R. Rio de Janeiro, 282/906 - Centro - CEP 30.160-040 - Belo Horizonte/MG - telefax: (31) 3201-4766

16

PROJETO DE RESTAURAÇÃO

PRAÇA DOM EDUARDO
 Caderno de Estudos



	Anêmona do Japão	<i>Anemone japonica</i>	Perene	22	No paisagismo presta-se para a formação de maciços, canteiros e bordos de muros, adequando-se a vários estilos de jardins. Devem ser cultivadas a pleno sol, embora tolere meia-sombra durante parte do dia. O solo deve ser fértil, leve e enriquecido com matéria orgânica, com regas regulares. Multiplica-se por divisão da touceira.	32,64	m ²	4 touceiras de 30cm por m ²
	Açucena vermelha	<i>Hippeastrum hybridum</i>	Perene	23	Deve ser cultivado sob sol pleno ou meia sombra. É bastante exigente em fertilidade, irrigação e drenagem. Seu substrato deve conter boa quantidade de matéria orgânica. As folhas podem desaparecer durante o inverno e, neste caso, as regas devem ser reduzidas até o secamento das folhas. Em invernos frios e secos, a planta entra em dormência e prepara-se para a nova floração. No início da primavera as flores despontam antes mesmo das folhas.	4,74	m ²	8 mudas de 30cm por m ² , espaçadas de 30cm
	Hortênsia	<i>Hydrangea macrophylla</i>	Perene	24	A hortênsia presta-se para o plantio em bordaduras, maciços, renques, cercas-viva e isolada em vasos. Devem ser cultivadas a pleno sol, em solos bem adubados e ricos em matéria orgânica, regados periodicamente. Requer poda anual, no final do inverno para um intenso florescimento na primavera e verão. Aprecia o frio, sendo indicada para regiões de altitude e de clima mais ameno. Multiplica-se por estacas.	49,10	m ²	4 estacas ou mudas de 30cm por metro linear
	Sálvia	<i>Salvia splendens</i>	Perene	25	É necessário sol pleno para seu desenvolvimento e regas regulares para um melhor crescimento e florescimento. Solo bem drenado, fértil, rico em matéria orgânica, com pH entre 5,4 e 6,2. A Sálvia irá murchar e eventualmente perderá suas folhas durante o inverno, mas voltando a regar, normalmente se estabiliza. A poda após o florescimento revigora a planta. Tolerante a baixas temperaturas. Multiplica-se por sementes.	42,42	m ²	Mudas de 30cm espaçadas de 30cm

SANETEC – Saneamento e Serviços Técnicos de Engenharia Ltda.
 R. Rio de Janeiro, 282/906 - Centro - CEP 30.160-040 - Belo Horizonte/MG - telefax: (31) 3201-4766

17

PROJETO DE RESTAURAÇÃO

PRAÇA DOM EDUARDO
 Caderno de Estudos

	Periquito	<i>Alternanthera ficoidea</i>	Perene	26	O periquito exige alguns cuidados, seu substrato deve ser fértil e deve ser cultivado a pleno sol, com adubações nitrogenadas e regas frequentes. Além de letreiros, podem compor logotipos e outros desenhos, ou apenas como bordadura e forração. Prefere o calor. Multiplica-se por estaquia.	34,87	m ²	20 estacas ou mudas de 30cm por m ²
	Clorófito de sol	<i>Clorophytum comosum</i>	Perene	27	O clorófito é uma planta de fácil cultivo e pouco exigente em manutenção, sendo usada em canteiros, bordaduras ou como forração, mas não suporta pisoteio. Devem ser cultivadas sob sol pleno ou meia-sombra, em solo fértil, leve e enriquecido com matéria orgânica, com regas regulares. Suas raízes grossas, com boa reserva de nutrientes e água, a tornam tolerantes a pequenos períodos de seca. Toleram também o frio subtropical. Multiplica-se por divisão das touceiras ou pela separação das mudas formadas nas inflorescências.	174,36	m ²	Duas linhas com afastamento de 30cm

SANETEC – Saneamento e Serviços Técnicos de Engenharia Ltda.
 R. Rio de Janeiro, 282/906 - Centro - CEP 30.160-040 - Belo Horizonte/MG - telefax: (31) 3201-4766

18



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

PROJETO DE RESTAURAÇÃO

PRAÇA DOM EDUARDO
Caderno de Estudos

3. PROJETOS ELÉTRICO E LUMINOTÉCNICO

3.1. OBJETIVO

O presente documento tem por finalidade apresentar o Projeto de Instalações Elétricas para Restauração e Requalificação da Praça Dom Eduardo, em Coromandel/MG.

Este documento estabelece os requisitos mínimos necessários a serem atendidos para a execução de todos os serviços relativos à disciplina de Instalações Elétricas.

Este memorial deverá ser complementado e interpretado em conjunto com o respectivo projeto, especificações e listas de materiais.

3.2. NORMAS ATENDIDAS

Os equipamentos e serviços a serem fornecidos deverão estar de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e regulamentos locais da Concessionária de Energia Elétrica, entre elas:

- ABNT NBR 5.410: 2004 – Instalações elétricas de baixa tensão;
- ABNT NBR 11.301 – Cálculo da capacidade de condução de corrente de cabos isolados em regime permanente (fator de carga 100%) – Procedimento;
- ABNT NBR 11.840 – Dispositivos fusíveis de baixa tensão – Especificação;
- ABNT NBR 12.912 – Rosca NPT para tubos – Dimensões – Padronização;
- ABNT NBR/IEC 60.898 – Disjuntores de Baixa Tensão Residencial – Especificação;
- ABNT NBR IEC 60439-1:2003 - Conjuntos de manobra e controle de baixa tensão;
- ABNT NBR 6.146 – Invólucros de equipamentos elétricos – Proteção. Especificação;
- ABNT NBR 6.150 – Eletroduto de PVC rígido – Especificação;
- ABNT NBR 5101:2012 – Iluminação Pública – Procedimento;
- ABNT NBR 15129 – Luminárias para iluminação pública — Requisitos particulares;
- RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL n.º 414/2010;
- ND-2.3 CEMIG – Instalações Básicas de Redes de Distribuição Subterrâneas;
- ND-5.35 – Requisitos para o fornecimento de energia elétrica para o serviço público de iluminação pública.

3.3. MEMORIAL DESCRITIVO

O projeto de instalações elétricas considerou para sua elaboração as informações contidas em levantamento e no projeto arquitetônico de restauração, tomando como corretas as dimensões ali estabelecidas.

Tratando-se de projeto de requalificação de praça pública, serão aproveitadas as instalações elétricas existentes, em especial os postes de concreto com quatro pétalas e suas instalações, incluindo quadros de medição, fiações, padrões de energia e outras instalações existentes.

A nova iluminação proposta refere-se apenas à complementação da iluminação existente, fazendo uso de luminárias decorativas de uma pétala em LED (bivolt, 50W, 4.000K) em postes metálicos com altura útil de 3,5 metros. Os níveis de iluminamento propostos atendem as normas da ABNT.

SANETEC – Saneamento e Serviços Técnicos de Engenharia Ltda.
R. Rio de Janeiro, 282/906 . Centro . CEP 30.160-040 . Belo Horizonte/MG . telefax: (31) 3201-4766

19



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

PROJETO DE RESTAURAÇÃO

PRAÇA DOM EDUARDO
Caderno de Estudos

Com o objetivo de evitar-se o aproveitamento indevido das instalações inaproveitáveis, deve-se remover todos os equipamentos e fiações não utilizados, em especial os da antiga iluminação decorativa com luminárias tipo colonial.

A alimentação dos circuitos de iluminação contemplada no projeto será feita através do quadro de medição (QM) existente em mureta, conjugado com o novo Quadro de Distribuição Geral (QDG), de onde serão derivados os circuitos de alimentação dos novos postes de iluminação. Foram estabelecidos os critérios previstos na norma ABNT NBR 5.410:2004 para o correto dimensionamento dos cabos e eletrodutos dos referidos circuitos. Os cálculos se encontram nas pranchas de projeto.

O circuito alimentador do QDG será proveniente do QM, por cabos de cobre flexíveis isolados, EPR 0,6/1KV, 90°C, de 16mm², para três fases, em eletroduto de PVC rígido de 1 1/4", embutido na mureta.

O QDG será instalado na mureta de alvenaria, ao lado do QM existente, de onde será feita a derivação dos circuitos de alimentação. O quadro será metálico, para mínimo de 8 (oito) circuitos, com índice de proteção mínimo IP-54, com placa de montagem interna, flange inferior e/ou lateral para entrada/saída de cabos, porta frontal com fechos rápidos e dispositivos para travamento por cadeado. No quadro serão instalados os seguintes dispositivos:

- 1 (um) Disjuntor Geral Tetrapolar 63A (DDR);
- 4 (três) Dispositivos de Proteção contra Surtos de Tensão (DPS) 175V, 45KA (3 Fases e Neutro);
- 4 (quatro) Disjuntores Monopolares 10A (Proteção Circuitos 1 a 4);
- 2 (dois) Disjuntores Bipolares 16A (Proteção Circuitos 5 e 6);

Para o cálculo do aterramento, estimou-se a resistividade do solo em 100 Ω-m. O QM e QDG serão aterrados utilizando 3 (três) hastes de aterramento Copperweld de 5/8"x2,40m instaladas junto à base da mureta com cordoalha de cobre nu #16mm². O esquema de aterramento é em triângulo, com afastamentos entre hastes de 2,40m. Caso já exista aterramento do QM, deve-se fazer apenas o aterramento do QDG.

Cada poste metálico (massa) será aterrado individualmente com uma haste de aterramento Copperweld de 5/8"x 2,40m, com conector, instalada em caixa de passagem de alvenaria de 30x30x40cm junto à base do poste, sendo conectada ao poste através de cordoalha de cobre nu #10mm² e terminal de pressão afixado ao referido poste. A interligação da haste com as luminárias será feita utilizando uma das pernas do cabo de cobre flexível de 2,5mm².

Os circuitos de iluminação serão monofásicos, compostos por cabos de cobre com isolamento EPR 0,6/1KV, 90°C de 2,5mm² (Circuitos 1 a 4), próprios para instalação subterrânea e com proteção contra umidade. Os circuitos de reserva para disponibilidade de carga (força) serão bifásicos, também compostos por cabos de cobre com isolamento EPR 0,6/1KV, 90°C de 6mm² (Circuitos 5 e 6). Os cabos dos circuitos de reserva serão puxados somente até a primeira caixa de passagem (CP14).

A Iluminação Pública foi dividida em 4 (quatro) circuitos:

- Circuito 1 – Alimentação oriunda do QGBT, monofásico 127V, utilizando cabos de cobre flexíveis isolados singelos, #2,5mm², com isolação EPR 0,6/1KV, 90°C. Este circuito tem a carga instalada para iluminação de 150W, utilizando a fase A;

SANETEC – Saneamento e Serviços Técnicos de Engenharia Ltda.
R. Rio de Janeiro, 282/906 . Centro . CEP 30.160-040 . Belo Horizonte/MG . telefax: (31) 3201-4766

20



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

PROJETO DE RESTAURAÇÃO

PRAÇA DOM EDUARDO

Caderno de Estudos

- Circuito 2 – Alimentação oriunda do QGBT, monofásico 127V, utilizando cabos de cobre flexíveis isolados singelos, #2,5mm², com isolamento EPR 0,6/1KV, 90°C. Este circuito tem a carga instalada para iluminação de 200W, utilizando a fase A; e
- Circuitos 3 e 4 – Alimentação oriunda do QGBT, monofásico 127V, utilizando cabos de cobre flexíveis isolados singelos, #2,5mm², com isolamento EPR 0,6/1KV, 90°C. Este circuito tem a carga instalada para iluminação de 150W, utilizando a fase B.

Foram previstos ainda 2 (dois) circuitos de reserva para força:

- Circuito 5 – Alimentação oriunda do QGBT, bifásico 220V, utilizando cabos de cobre flexíveis isolados singelos, #6,0mm², com isolamento EPR 0,6/1KV, 90°C. Este circuito tem a previsão de carga de 2.100W, utilizando as fases A e B; e
- Circuito 6 – Alimentação oriunda do QGBT, bifásico 220V, utilizando cabos de cobre flexíveis isolados singelos, #6,0mm², com isolamento EPR 0,6/1KV, 90°C. Este circuito tem a previsão de carga de 2.100W, utilizando as fases B e C.

As conexões entre cabos deverão ser feitas somente nas caixas de passagem, com isolamento através de fita isolante autofusão e fita isolante.

O puxamento dos cabos pode ser manual. Devem ser puxados de forma lenta e uniforme até que a enfição se processe totalmente, para aproveitar a inércia do cabo e evitar esforços bruscos. Não devem ser ultrapassados os limites de tensão máxima de puxamento recomendados pelo fabricante.

Devem ser obedecidos os seguintes códigos de cores (no caso dos circuitos):

- Fase: Preto e vermelho;
- Neutro: Azul claro; e
- Terra: Verde.

A instalação dos condutores (interligação entre os postes) será subterrânea, utilizando eletroduto espiral flexível singelo em polietileno de alta densidade (PEAD), na cor preta, camada simples, impermeável, corrugado helicoidalmente no sentido longitudinal, em atendimento às normas ABNT NBR 13.897 e ABNT NBR 13.898. Estes devem ser enterrados a 50 cm do solo e a vala que onde serão instalados deverá ter largura de 30 cm em toda sua extensão, conforme detalhe de projeto. Considerou-se no dimensionamento que a temperatura do solo é de 20° C e a resistividade térmica do solo é de 2,5 K.m/W.

Foram previstas caixas de passagem e derivação junto à base de cada novo poste a ser instalado na praça, sendo estas exclusivas para os condutores de energia elétrica e hastes de aterramento. O espaçamento entre estas será de acordo com o projeto, as mesmas terão a dimensão 30x30x40 cm (CxLxP). Estas deverão possuir tampa em concreto, sem fundo, dreno e brita, conforme detalhe de projeto. As tampas devem ser argamassadas após a finalização e testagem dos serviços.

As valas para passagem dos eletrodutos terão profundidade de 50cm e largura de 30cm para assentamento de eletrodutos PEAD, bem como a execução de serviços de reaterro e recuperação de pisos onde o mesmo sofrer cortes. Os serviços de abertura de valas serão acompanhados por arqueólogo, que oportunizará a realização de prospecções e a retirada de achados porventura encontrados.

Recomenda-se que antes do início da obra a empresa executora solicite aos órgãos responsáveis os cadastros da rede de água, esgoto, energia, telecomunicações e demais, a fim de que sejam compatibilizadas possíveis interferências identificadas, visando evitar danos às instalações.

SANETEC – Saneamento e Serviços Técnicos de Engenharia Ltda.
R. Rio de Janeiro, 282/906 . Centro . CEP 30.160-040 . Belo Horizonte/MG . telefax: (31) 3201-4766

21



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

PROJETO DE RESTAURAÇÃO

PRAÇA DOM EDUARDO

Caderno de Estudos

O aterro da vala deverá ser feito em camadas sucessivas de 20 e 15 cm, sendo cada camada bem compactada antes que a próxima seja lançada. O material utilizado para o reaterro deverá ser isento de pedras de grande porte, pedaços de concreto e materiais estranhos, tal como entulho, etc.

Após a execução da escavação, e posterior reaterro para instalação dos eletrodutos o acabamento superficial dos passeios que sofrerem interferência deverá ser de tal forma que combine e se ajuste às áreas adjacentes.

As escavações, construções, reaterros e reparos em superfícies afetadas deverão ser realizadas de forma contínua, com cada fase sendo completada o mais rápido possível.

O sistema de iluminação foi dimensionado de acordo com os níveis de iluminação recomendados pela ABNT.

As luminárias serão de uma pétala com módulo em LED 50W, conforme especificações de projeto. Os postes serão em aço, com diâmetro 50mm, acabamento em esmalte sintético na cor preto fosco sobre zarcão. A fixação será por engastamento no solo, conforme detalhe de projeto.

Recomendações para Execução e Manutenção:

- A primeira recomendação trata do conceito geral a ser seguido, que estabelece o princípio segundo o qual as instalações elétricas devem causar a menor interferência possível na praça, evitando-se, ao máximo, danos à estrutura; bem como cuidar para que haja um posicionamento adequado dos equipamentos seguindo-se o especificado em projeto, resguardando-se a integridade plástica e ambiental;
- Na utilização de reatores para lâmpadas de descarga, especial cuidado deve ser observado com seu adequado espaçamento em relação a materiais combustíveis;
- Os condutores deverão ser contínuos de caixa a caixa, não sendo aceito emendas no interior dos eletrodutos, mas unicamente nas caixas. Toda emenda deverá ser revestida por fita isolante. As emendas dos condutores serão feitas com utilização de terminais adequados, para as bitolas superiores 10mm², inclusive. Para os condutores de bitolas inferiores ao 10mm² será empregado solda branca, obtida por imersão, não sendo permitido a utilização de aquecimento direto sobre o condutor, objetiva-se desta maneira não danificar seu isolamento;
- As ligações aos equipamentos serão feitas diretamente, para condutores até #6,0mm², ou para condutores de bitola maiores, desde que o equipamento a ser conectado possua terminal tipo caixa e que não seja necessária redução da seção do condutor. Nas outras situações serão usados terminais de ampliação adequados;
- Os equipamentos podem ser conectados a cabeaça através de conectores metálicos ou monoblocos, desde que recebam fita isolante sobre a conexão.
- Todas as caixas deverão estar perfeitamente limpas e aspiradas antes da passagem das fiações; e
- Toda emenda realizada por aperto de parafusos (conectores, etc.) devem passar por um reaperto após uma semana de uso e sempre nas manutenções preventivas. Os eletrodutos não deverão sofrer dobra por meio de aquecimento.

Cuidados a serem observados durante a execução dos serviços:

- Muitos acidentes em edificações ocorrem no período de execução da obra. Desta forma, com vistas a garantir a segurança da edificação, sempre deve ser criado quadro provisório de distribuição de circuitos para alimentação dos pontos de iluminação e energia destinados à execução dos trabalhos. As tomadas não deverão

SANETEC – Saneamento e Serviços Técnicos de Engenharia Ltda.
R. Rio de Janeiro, 282/906 . Centro . CEP 30.160-040 . Belo Horizonte/MG . telefax: (31) 3201-4766

22



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

PROJETO DE RESTAURAÇÃO

PRAÇA DOM EDUARDO

Caderno de Estudos

ser instaladas sobre madeiramento e recomenda-se que condutores sejam abrigados em eletrodutos maleáveis. Frise-se que o embutimento dos cabos proporciona não só a proteção contra danos ao isolamento como também a rápida extinção de eventuais pontos de chama em decorrência de curto-circuito; e

- Não devem entrar nas edificações, durante o período das obras, botijões de gás e outros materiais inflamáveis, sem a autorização e o acompanhamento permanente dos técnicos responsáveis pela obra.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

PROJETO DE RESTAURAÇÃO

PRAÇA DOM EDUARDO
Caderno de Estudos

4. PROJETO HIDROSSANITÁRIO E DRENAGEM PLUVIAL

4.1. OBJETIVO

O presente documento tem por finalidade apresentar o Projeto de Instalações Hidrossanitárias e de Drenagem Pluvial para a Restauração e Requalificação da **Praça Dom Eduardo** em Coromandel/MG.

Este documento estabelece os requisitos mínimos necessários a serem atendidos para a execução de todos os serviços relativos à disciplina de Instalações Hidrossanitárias e Drenagem, fornecimento de equipamentos e materiais, montagem, testes e pré-operação das instalações do sistema.

Este memorial deverá ser complementado e interpretado em conjunto com o respectivo projeto, especificações e planilhas de materiais.

4.2. NORMAS ATENDIDAS

A execução das instalações deverá atender as exigências deste documento técnico, das normas das concessionárias e das normas da ABNT, principalmente as seguintes (ou aquelas que venham a substituí-las):

- NBR 10844/1989 - Instalações prediais de águas pluviais;
- NBR 8160/1999 - Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução;
- NBR 5626/1998 - Instalação predial de água fria; e
- NBR 6493/1994 - Emprego de cores para identificação de tubulações e cores.

4.3. MEMORIAL DESCRITIVO

A Praça Dom Eduardo, com aproximadamente 5.326m², está situada no centro de Coromandel e é um patrimônio cultural tombado pelo município. O local é servido pela rede pública de abastecimento de água e de esgoto. As instalações hidrossanitárias serão conectadas diretamente à rede pública, sem uso de reservatórios. A entrada de água ocorre hoje pela lateral superior da praça (Sul). O cavalete de entrada será retirado e substituído por caixa de inspeção subterrânea, conforme Detalhe 1 do projeto. O cavalete de entrada de água da Igreja Matriz de Santana também será retirado e substituído por caixa de inspeção subterrânea.

As instalações hidrossanitárias têm, como objetivo, disponibilizar água para irrigação e limpeza da praça. A irrigação será feita por mangueira de jardim com comprimento mínimo de 30m. Foram distribuídas na praça quatro caixas de inspeção com torneiras metálicas para conexão da mangueira. As caixas foram posicionadas de modo a permitir a irrigação de toda a praça com uma mangueira de 30m. Este é o sistema mais econômico e prático para irrigação.

Quanto à drenagem pluvial, optou-se por não realizar intervenções neste momento, pois já foram executadas ações suficientes durante a obra de restauração da Igreja Matriz (2007-2012), isto é:

- Vala de drenagem subterrânea na lateral Sul da Igreja; e

SANETEC – Saneamento e Serviços Técnicos de Engenharia Ltda.
R. Rio de Janeiro, 282/906 - Centro - CEP 30.160-040 - Belo Horizonte/MG - telefax: (31) 3201-4766

24

PROJETO DE RESTAURAÇÃO

PRAÇA DOM EDUARDO

Caderno de Estudos

- Valetas de drenagem superficial em frente à Igreja (Leste), na lateral Sul e nos fundos (Oeste).

As fotos a seguir comprovam a realização das citadas ações.



FIGURA 60 – Vista da valeta de drenagem aberta durante a obra da Matriz (FONTE.: Honório Nicholls Pereira, 02/05/2011).



FIGURA 61 – Vista da canaleta em construção (FONTE.: Honório Nicholls Pereira, 26/10/2011).

Todos os diâmetros cotados em projeto são diâmetros de mercado.

Não é permitida a alimentação de uma tubulação por outra de diâmetro inferior.

As valetas para passagem de tubulações subterrâneas devem ter profundidade mínima de 25cm e largura de 20cm.

SANETEC – Saneamento e Serviços Técnicos de Engenharia Ltda.
R. Rio de Janeiro, 282/906 . Centro . CEP 30.160-040 . Belo Horizonte/MG . telefax: (31) 3201-4766

25



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

PROJETO DE RESTAURAÇÃO

PRAÇA DOM EDUARDO

Caderno de Estudos

As instalações de água fria serão executadas em PVC soldável, fornecida por fabricante de reconhecida qualidade, não sendo permitido o aquecimento dos tubos para a confecção de curvas; em caso de necessidade de mudança no trajeto das tubulações, devem ser utilizadas as conexões devidas.

As caixas de inspeção serão pré-moldadas em concreto, fornecidas por fabricantes de reconhecida qualidade.

Toda a instalação deverá ser testada antes do embutimento/fechamento definitivo das tubulações.

Todos os materiais e equipamentos empregados nas instalações deverão ser manuseados de forma cuidadosa, com vistas a evitar danos. As recomendações dos fabricantes quanto ao carregamento, transporte, descarregamento e armazenamento, devem ser rigorosamente seguidas. Os materiais ou equipamentos que não atenderem às condições exigidas serão rejeitados.

A realização dos furos será executada com o uso de perfuratriz apropriada, obedecendo aos diâmetros relacionados nos projetos hidráulico e estrutural (os diâmetros deverão permitir a passagem da rede hidráulica com folga). A montagem das tubulações deverá ser executada com as dimensões indicadas no desenho e confirmadas no local da obra.

As tubulações de água fria deverão ser instaladas com ligeira declividade, para se evitar a indesejável presença de ar aprisionado na rede.

Quando indicado em projeto, as tubulações, além do referido enchimento, levarão grampos de ferro redondo, em número e espaçamento adequados, para manter inalterada a posição do tubo (permitindo-se somente o deslocamento longitudinal).

As tubulações aparentes serão sempre fixadas nas alvenarias ou estrutura por meio de braçadeiras ou suportes, conforme detalhes do projeto. Todas as linhas verticais deverão estar no prumo e as horizontais correrão paralelas às paredes dos prédios, devendo estar alinhadas.

As tubulações serão contínuas entre as conexões, sendo os desvios de elementos estruturais e de outras instalações executados por conexões. Na medida do possível, deverão ser evitadas tubulações sobre equipamentos elétricos. Para os apoios das tubulações horizontais, observar o seguinte:

- Os apoios (braçadeiras e/ou suportes) deverão ter um comprimento de contato mínimo de 5cm e um ângulo de abraçamento de 180°, isto é, envolvendo a metade inferior do tubo (inclusive acompanhando a sua forma) e deverão estar espaçados de acordo com as especificações do projeto;
- Os apoios deverão estar sempre o mais perto possível das mudanças de direção;
- Em um sistema de diversos apoios apenas um poderá ser fixo, os demais deverão estar livres, permitindo o deslocamento longitudinal dos tubos, causado pelo efeito da dilatação térmica;
- Quando houver pesos concentrados, devido à presença de registros, estes deverão ser apoiados independentemente do sistema de tubos.
- As travessias de tubos em paredes deverão ser efetuadas, de preferência, perpendicularmente às mesmas.
- As tubulações enterradas todos os tubos serão assentados de acordo com o alinhamento e a elevações indicadas no projeto. Para o assentamento de tubulações em valas, observar o seguinte:

SANETEC – Saneamento e Serviços Técnicos de Engenharia Ltda.
R. Rio de Janeiro, 282/906 - Centro - CEP 30.160-040 - Belo Horizonte/MG - telefax: (31) 3201-4766

26



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

PROJETO DE RESTAURAÇÃO

PRAÇA DOM EDUARDO

Caderno de Estudos

- Nenhuma tubulação deve ser instalada enterrada em solos contaminados. Na impossibilidade de atendimento, medidas eficazes de proteção devem ser adotadas;
- As tubulações não devem ser instaladas dentro ou através de: caixas de inspeção, poços de visita, fossas, sumidouros, valas de infiltração, coletores de esgoto sanitário ou pluvial, tanque séptico, filtro anaeróbio, leito de secagem de lodo, aterro sanitário, depósito de lixo etc.;
- A largura das valas deve ser de 15 cm para cada lado da canalização, ou seja, suficiente para permitir o assentamento, a montagem e o preenchimento das tubulações sob condições adequadas de trabalho;
- O fundo das valas deve ser cuidadosamente preparado de forma a criar uma superfície firme e contínua para suporte das tubulações. O leito deve ser constituído de material granulado fino, livre de discontinuidades, como pontas de rochas ou outros materiais perfurantes. No reaterro das valas, o material que envolve a tubulação também deve ser granulado fino e a espessura das camadas de compactação deve ser definida segundo o tipo de material de reaterro e o tipo de tubulação;
- As tubulações devem ser mantidas limpas, devendo-se limpar cada componente internamente antes do seu assentamento, mantendo-se a extremidade tampada até que a montagem seja realizada;
- Todos os tubos serão assentados com uma cobertura mínima de 30 cm; e
- Para os casos de tubulações assentadas sob leito de ruas (ou onde haja tráfego de veículos), recomenda-se como profundidade mínima de assentamento, $h=80\text{cm}$ e, quando em passeios, $h=60\text{ cm}$. Caso não seja possível adotar essas medidas, deve-se prever um sistema de proteção especial dos tubos.

No ensaio com água, toda a abertura deverá ser convenientemente tamponada, exceto a mais alta, por onde deve ser introduzida água até o nível de transbordamento da mesma e mantida por um período de 15 minutos, observando-se a carga hidrostática não ultrapasse 60 KPa.

Após a execução da instalação predial de água fria e com a instalação totalmente cheia de água, ou seja, com as peças de utilização sob condições normais de uso, adotar o seguinte procedimento para a verificação da estanqueidade:

- Todas as peças de utilização devem estar fechadas e mantidas sob carga, durante o período de 1 hora. Os registros de fechamento devem estar todos abertos. Os reservatórios domiciliares devem estar preenchidos até o nível operacional;
- Deve-se observar se ocorreram vazamentos nas juntas das peças de utilização e dos registros de fechamento. Da mesma forma, devem-se observar as ligações hidráulicas e os reservatórios;
- Deve-se observar se ocorreram vazamentos nas peças de utilização, quando estas são manobradas, a fim de se obter o escoamento próprio da condição de uso;
- As peças de utilização e os reservatórios domiciliares podem ser considerados estanques, se não for detectado vazamento. No caso de ser detectado vazamento, este deve ser reparado e o procedimento repetido.

Durante o desenvolvimento das obras, a empresa contratada para a execução deverá observar e anotar com precisão todas as instalações e serviços que tiveram que ser executadas de forma diferente do que foi proposto no projeto. A construtora deverá elaborar o projeto "as built".

Para a execução da argamassa de caixas de inspeção e/ou passagem, recomenda-se o uso de cimento, cal e areia no traço volumétrico 1:1:6.

SANETEC – Saneamento e Serviços Técnicos de Engenharia Ltda.
R. Rio de Janeiro, 282/906 . Centro . CEP 30.160-040 . Belo Horizonte/MG . telefax: (31) 3201-4766

27



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

PROJETO DE RESTAURAÇÃO

PRAÇA DOM EDUARDO

Caderno de Estudos

Para os elementos de concreto moldados *in loco*, as paredes laterais serão constituídas por blocos estruturais de concreto 020 vazado, preenchidos por concreto com $f_{ck} \geq 15,0$ MPa, devendo ser concretados somente quando os tubos estiverem com suas posições definidas e encaixadas.

Para cortes e aterros, faz-se as seguintes recomendações:

- As escavações deverão ser realizadas manualmente;
- As escavações de valas deverão propiciar, depois de concluídas, condições para montagem das tubulações em planta e perfil, e caixas em geral, conforme elementos do projeto;
- O fundo das valas deverá ser perfeitamente regularizado e apiloado, para melhor assentamento das tubulações e deverá ter a inclinação, mínima, indicada no projeto;
- O reaterro das valas será processado até o restabelecimento dos níveis anteriores das superfícies originais, e deverá ser executado de modo a oferecer bom acabamento da superfície, não permitindo seu posterior abatimento; e
- O reaterro das valas das tubulações será feito em duas etapas, sendo a primeira de aterro compactado manualmente com soquete de ferro ou madeira em camadas de 10cm de espessura, colocando-se o material simultaneamente dos dois lados da tubulação ou do envelope de concreto, até 25cm acima da geratriz superior dos tubos, sem com isso perfurar ou promover o amassamento da tubulação, diminuindo sua seção útil;
- A segunda etapa de reaterro se sobrepõe ao primeiro aterro, até a cota final do reaterro, com o mesmo material empregado na primeira etapa, em camadas de 20 cm de espessura máxima, compactados por soquetes de madeira ou equipamento mecânico, não se admitindo o uso de soquetes de ferro, devidamente umedecidas até atingir a umidade ótima, e compactadas até a compactação ideal, de 100% do Proctor Normal.

São apresentados, a seguir, os encargos referentes aos serviços de **Instalações Hidrosanitárias**, seguindo a numeração da Planilha Orçamentária.

MEMORIAL DE CÁLCULO

A numeração dos itens apresentados o Memorial de Cálculo fará referência à numeração usada na Planilha Orçamentária.

1. INSTALAÇÃO DA OBRA

1.1. Locação de Banheiro Químico

1 container durante cinco meses previstos para a realização das obras.
 $1 \times 5 = 5$ meses

1.2. Locação de Container Depósito

1 container durante cinco meses previstos para a realização das obras.
 $1 \times 5 = 5$ meses

1.3. Ligação provisória para container – depósito de obra

1 ligação para 1 container.
 $1 \times 1 = 1$ unidade

1.4. Ligação provisória de energia

1 ligação

1.5. Ligação provisória de água

1 ligação

1.6. Placa de Obra

Foram previstas duas placas de obra padrão SEINFRA.
2 unidades.

1.7. Tapume para canteiro de obra

Perímetro da praça e área em torno da igreja, conforme croquis a seguir. Foi considerado que o uso da Igreja Matriz deve ficar desimpedido durante as obras e que os contêineres contribuirão para o fechamento do perímetro. Caso prefira-se desconsiderar os contêineres, deve-se acrescentar 12m ao quantitativo considerado.

$$22,94+97,66+13,42+37,72+39,63+61,74+2,58+13,94+62,97+16,89+63,00+15,17+2,65 \\ = 450,30m.$$

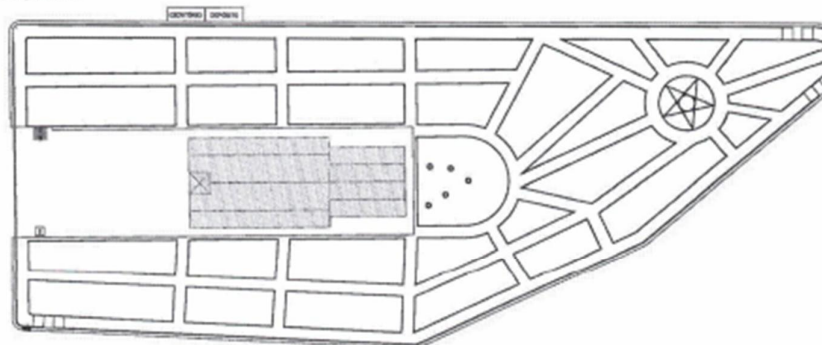


Figura 1: Croquis do canteiro de obras, com tapumes representados por linhas vermelhas (FONTE: Sanetec, 2024).



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

2. SERVIÇOS DE CARGA E TRANSPORTE

2.1.1 Transporte com caminhão basculante

Piso em concreto: $1.540,39\text{m}^2 \times 0,10\text{m} = 154,04\text{m}^3$

Muretas e outros: 5 unidades $\times 1\text{m}^2 \times 0,15$ espessura = $0,75\text{m}^3$

Guia de jardim: $(1,62+9,42+0,90+2,00+6,44+11,67+7,00+4,72+4,94+3,00) \times 0,10 \times 0,30 = 51,71 \times 0,10 \times 0,30 = 1,55\text{m}^3$

Meio-fio: $(4,66+4,86+12,20+5,13+4,61+1,88+46,48+6,38+1,82) \times 0,14 \times 0,30 = 88,02 \times 0,14 \times 0,30 = 3,70\text{m}^3$

Retirada de terra: $10,25\text{m}^3$

Volume total (estimado): $170,29\text{m}^3$

Distância (estimada): 10km

Total: $1702,90 \text{ m}^3 \times \text{km}$

3. DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES

3.1. Demolição de alvenarias

Foram consideradas 5 muretas com área de 1m^2 e espessura de $0,25\text{m}$
 $5 \times 1,00 \times 0,25 = 1,25\text{m}^3$

3.2. Remoção de Luminárias

11 luminárias.

3.3. Demolição de passeio ou laje de concreto

Trechos retos:

$1,926 \times (125,54+39,20+39,20+62,19+44,89+76,21+60,99+30,92+17,58+5,62+6,45+5,42+6,45+5,18+6,43+16,21+21,12+22,41+10,30+5,29+3,18+5,31+8,17+5,98+7,13+5,93+6,30+5,95+17,75+6,20+6,19+17,65+7,65+4,04+7,42+7,26) = 1,926 \times 729,71 = 1.405,42\text{m}^2$

Trechos curvos:

$\pi \times (8,85 \div 2 - 7,04 \div 2)^2 = 45,18\text{m}^2$

$\pi \times (6,50 \div 2 - 4,40 \div 2)^2 = 71,91\text{m}^2$

$\pi \times (4,86 \div 2 - 3,00 \div 2)^2 \div 2,5687 = 17,88\text{m}^2$

Área Total = $1.540,39\text{m}^2$

3.4. Remoção de meio-fio

$46,46+1,82+6,38+4,66+4,86+12,20+5,13+5,16+3,84+1,90 = 92,41\text{m}$

3.5. Remoção de guia de jardim

$4,57+0,73+1,90+6,25+11,58+6,25+6,25+6,90+18,15+6,25+6,55+9,38+0,90+4,85+3,00+7,49+5,39+4,64+23,32+14,03+18,17+0,91+0,71+0,84 = 169,01\text{m}$

3.6. Corte de árvore

1 árvore, conforme Projeto Paisagístico.

4. PISOS

4.1. Execução e compactação de aterro

Foi considerada a preparação do solo para execução do novo piso nos níveis indicados em projeto.

Calçadas: $1540,00\text{m}^2 \times 0,10\text{m} = 154,00\text{m}^3$



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

Rampas e Patamares: $0,10 \times 1,20 \times (8 \times 0,70 + 2 \times 9,60 + 2,16 + 2 \times 2,50 + 2,60 + 2 \times 6,43 + 2,65 + 2 \times 3,72 + 1,81 + 16 \times 1,20) =$
 $1,20 \times (5,60 + 19,20 + 2,16 + 5,00 + 12,86 + 2,65 + 7,44 + 1,81 + 19,20) = 9,11 \text{ m}^3$

Total = $154 + 9,11 = 163,11 \text{ m}^3$

4.2. Calçada em concreto
Idem item 4.3.

4.3. Meio-fio em concreto

$46,46 + 1,82 + 6,38 + 4,66 + 4,86 + 12,20 + 5,13 + 5,16 + 3,84 + 1,90 = 92,41 \text{ m}$

Guia Jardim

$4,57 + 0,73 + 1,90 + 6,25 + 11,58 + 6,25 + 6,25 + 6,90 + 18,15 + 6,25 + 6,55 + 9,38 + 0,90 + 4,85 + 3,00 + 7,49 + 5,39 + 4,64 + 23,32 + 14,03 + 18,17 + 0,91 + 0,71 + 0,84 = 169,01 \text{ m}$

Total = $92,41 + 169,01 = 261,42 \text{ m}$

4.4. Pisos Podotáteis de Alerta

$199 \times 0,20 \times 0,20 = 7,96 \text{ m}^2$

Pisos Podotáteis Direcionais

$234 \times 0,20 \times 0,20 = 9,36 \text{ m}^2$

4.5. Rampas e Patamares em concreto

Em área: $1,20 \times (8 \times 0,70 + 2 \times 9,60 + 2,16 + 2 \times 2,50 + 2,60 + 2 \times 6,43 + 2,65 + 2 \times 3,72 + 1,81 + 16 \times 1,20) =$
 $1,20 \times (5,60 + 19,20 + 2,16 + 5,00 + 12,86 + 2,65 + 7,44 + 1,81 + 19,20) =$
 $91,10 \text{ m}^2$

Em volume: $91,10 \times 0,08 = 7,29 \text{ m}^3$

4.6 Fundação em blocos de concreto

Em comprimento: $2 \times (8 \times 0,70 + 2 \times 9,60 + 2,16 + 2 \times 2,50 + 2,60 + 2 \times 6,43 + 2,65 + 2 \times 3,72 + 1,81 + 16 \times 1,20) = 75,92 \text{ m}$

Em volume: $75,92 \times 0,40 = 30,37 \text{ m}^3$

5. PINTURA

5.1. Faixa de Pedestre

$11 \times 5,25 \times 0,40 = 23,10 \text{ m}^2$

$(12 + 21 + 13 + 26) \times 0,40 \times 3,00 = 86,40 \text{ m}^2$

Área Total = $109,50 \text{ m}^2$

5.2. Esmalte Sintético fosco (guarda-corpos e corrimões)

$433,30 \text{ m} \times \pi \times 0,04 = 54,45 \text{ m}^2$

6. PAISAGISMO

6.1. Aplicação de Calcário

Áreas gramadas: $134,62 + 73,39 + 97,24 + 81,47 + 150,52 + 86,20 + 118,29 + 81,98 + 181,99 + 130,71 + 89,61 + 139,49 + 133,93 + 78,65 + 110,60 + 149,96 + 38,83 + 73,53 + 36,67 + 61,02 + 53,17 +$

$22,69 + 114,47 + 116,07 + 59,33 + 37,11 + 63,59 + 61,33 + 84,43 = 2.660,89 \text{ m}^2$



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

6.2. Plantio de Árvores

18 árvores, conforme Projeto Paisagístico.

6.3. Plantio de Palmeiras

5 palmeiras, conforme Projeto Paisagístico.

6.4. Plantio de Forração (Costela de Adão)

4m², conforme Projeto Paisagístico.

6.5. Plantio de Forração (Maranta Variegada)

14,91m², conforme Projeto Paisagístico.

6.6. Plantio de Forração (Curculigo)

19,88m², conforme Projeto Paisagístico.

6.7. Plantio de Forração (Jibóia)

4m², conforme Projeto Paisagístico.

6.8. Plantio de Forração (Prateadinha)

10,16m², conforme Projeto Paisagístico.

6.9. Plantio de Forração (Margarida)

56,23m², conforme Projeto Paisagístico.

6.10. Plantio de Forração (Anêmona do Japão)

32,64m², conforme Projeto Paisagístico.

6.11. Plantio de Forração (Açucena vermelha)

4,74m², conforme Projeto Paisagístico.

6.12. Plantio de Forração (Hortênsia)

49,10m², conforme Projeto Paisagístico.

6.13. Plantio de Forração (Sálvia Vermelha)

42,42m², conforme Projeto Paisagístico.

6.14. Plantio de Forração (Periquito)

34,87m², conforme Projeto Paisagístico.

6.15. Plantio de Forração (Clorofito de Sol)

174,36m², conforme Projeto Paisagístico.

6.17. Plantio de Grama Batatais

500m², considerando falhas nos canteiros existentes.

7. INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

7.1. Hidráulico (Água Fria)

Duplicata de todos os materiais para mesma rede solicitada em projeto em outros canteiros, considerando o uso de aspersor.

7.1.1. Caixa de Inspeção

5 unidades, conforme Projeto Hidrossanitário.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

7.1.2. Tubo PVC 32mm

$7,51+39,33+25,23+5,87+31,07+11,10+25,70+0,28 = 146,09m$

Foram considerados 150m porque a tubulação é fornecida em barras de 6m, totalizando 25 barras. Inclui-se assim uma pequena folga para realização de cortes, emendas, perdas etc.

7.1.3. Joelho 90° 32mm

2 unidades, conforme Projeto Hidrossanitário.

7.1.4. Tê 32mm

1 unidade, conforme Projeto Hidrossanitário.

7.1.5. Hidrômetro 3/4"

2 unidades, conforme Projeto Hidrossanitário.

7.1.6. Registro de Gaveta 3/4"

2 unidades, conforme Projeto Hidrossanitário.

7.1.7. Torneira de Jardim

4 unidades, conforme Projeto Hidrossanitário.

7.1.8. Adaptador Curto PVC Soldável/Roscável 25mm – 3/4"

2 unidades, conforme Projeto Hidrossanitário.

7.1.9. Tê PVC Roscável 3/4"

1 unidade, conforme Projeto Hidrossanitário.

7.1.10. Nipel PVC 3/4"

5 unidades, conforme Projeto Hidrossanitário.

7.1.11. Luva PVC Soldável/Roscável 32mm - 3/4"

2 unidades, conforme Projeto Hidrossanitário.

7.1.12. União PVC Soldável 32mm

4 unidades, conforme Projeto Hidrossanitário.

7.1.13. Tê PVC Soldável 32mm com Bolsa Roscável 3/4"

3 unidades, conforme Projeto Hidrossanitário.

7.1.14. Cap PVC Soldável 32mm

2 unidades, conforme Projeto Hidrossanitário.

7.1.15. Escavação Manual de Vala

Seção da vala: $0,20 \times 0,45 = 0,09m^2$

Volume: $150,00 \times 0,09 = 13,50m^3$

7.1.16. Reaterro Manual

Idem item 8.1.15.

8. LUMINOTECNIA

8.1 Postes para Iluminação



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

8.1.1. Luminária para led

13 unidades, conforme Projeto Elétrico.

8.1.1 Poste Iluminação Aço Galvanizado 2,5m de altura

13 unidades, conforme Projeto Elétrico.

8.1.2 Escavação manual de valas

0,0495m³ x 13 unidades = 0,6435m³

8.1.3 Reaterro Manual de valas

Idem 8.2.2

8.1.4 Lastro de concreto magro

0,0106m³ x 13 = 0,1378m³

8.1.5 Cabo Flexível – 2,5mm²

1 metro x 13 = 13m

8.1.6 Cabo Cobre - #16mm²

1 metro x 13 = 13m

8.1.7 Eletroduto PVC 25mm

4 metros x 13 = 52 metros

8.1.8 Servente

1 hora x 13 = 13 horas

8.1.9 Eletricista

2 horas x 13 = 26 horas

8.1.10 Auxiliar de Eletricista

2 horas x 13 = 26 horas

8.1.11 Fita Isolante Antichama

0,06 x 13 = 0,78 unidades = 1 unidade

8.1.12 Fita Isolante De Borracha

0,64 metros x 13 = 8,32 metros

8.1.13 Pintura sobre superfícies metálicas

0,5498m² x 13 un = 7,1475 m²

8.1.14 Pintura Esmalte sobre superfícies metálicas

1,0994m² x 13 un = 14,2922 m²

9. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

9.1. Quadro de Distribuição Geral (QDG)

1 unidade, conforme Projeto Elétrico.

9.2. Eletroduto rígido em PVC DN 40 mm (1 1/4")

Entre QDG e CA: 2,00m



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

9.3. Eletroduto flexível corrugado em PEAD DN 20 mm (1/2")

CP1-CP2: 19,49m
CP2-CP3: 19,78m
CP3-CP4: 19,49m
CP1-CP5: 19,33m
CP5-CP6: $2,84 + 18,63 = 21,47\text{m}$
CP5-CP7: 9,89m
CP9-CP10: $9,29 + 2,06 + 9,26 = 20,61\text{m}$
CP10-CP11: 19,78m
CP11-CP12: 19,50m
CP9-CP13: 19,84m
CP13-CP14: $0,77 + 2,00 + 17,04 = 19,81\text{m}$
Postes: $13 \times 3,50\text{m} = 45,50\text{m}$
Total: 235,66m

9.4. Eletroduto flexível corrugado em PEAD DN 25 mm (3/4")

CP8-CP9: 16,77m

9.5. Eletroduto flexível corrugado em PEAD DN 32 mm (1")

CA-CP1: 5,91m
CP1-CP8: 15,56m
Total: 21,47m

9.6. Eletroduto flexível corrugado em PEAD DN 40 mm (1 1/4")
2,00m.

9.7. Caixa de Inspeção tipo ZA

15 unidades, conforme Projeto Elétrico.

9.8. Haste de aterramento Ø5/8" 2,40m

17 unidades, conforme Projeto Elétrico.

9.9. Cordoalha de cobre nu 16 mm²

$3 \times 2,40 + 1,70 = 8,90\text{m}$

9.10. Relé fotoelétrico 127V

1 unidade, conforme Projeto Elétrico.

9.11. Cabo de cobre flexível unipolar 2,5mm²

QDG-CA: $4 \times 2 \times 2,00 = 16,00\text{m}$
CA-CP1: $9 \times 5,91 = 53,19\text{m}$
CP1-CP2: $3 \times 19,49 = 58,47\text{m}$
CP2-CP3: $3 \times 19,78 = 59,34\text{m}$
CP3-CP4: $3 \times 19,49 = 58,47\text{m}$
CP1-CP5: $3 \times 19,33 = 57,99\text{m}$
CP5-CP6: $3 \times 21,47 = 64,41\text{m}$
CP5-CP7: $3 \times 9,89 = 29,67\text{m}$
CP1-CP8: $9 \times 15,56 = 140,04\text{m}$
CP8-CP9: $5 \times 16,77 = 83,85\text{m}$
CP9-CP10: $3 \times 20,61 = 61,83\text{m}$
CP10-CP11: $3 \times 19,78 = 59,34\text{m}$
CP11-CP12: 19,50m
CP9-CP13: 19,84m
CP13-CP14: $3 \times 19,81 = 59,43\text{m}$
Postes: $3 \times 13 \times 3,90 = 152,10\text{m}$



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

Relé Fotoelétrico: 11,08m (estimativa)
Subtotal: 1.004,55m
Perdas, dobras, ajustes (10%): 100,45m
Total: 1.105,00m

9.12. Cabo de cobre flexível unipolar 6mm²
4x2,00 = 8,00m

9.13. Cabo de cobre flexível unipolar 16mm²
6 metros, conforme Projeto Elétrico.

9.14. Disjuntor Monopolar Termomagnético de 10A
4 unidades, conforme Projeto Elétrico.

9.15. Disjuntor Bipolar Termomagnético de 16A
2 unidades, conforme Projeto Elétrico.

9.16. Disjuntor Diferencial Residual (DDR) 63A
1 unidade, conforme Projeto Elétrico.

9.17. Escavação Manual de Vala
 $0,30 \times 0,50 \times (0,70 + 19,49 + 19,78 + 19,49 + 19,33 + 21,47 + 9,89 + 20,61 + 19,78 + 19,50 + 19,84 + 19,81 + 16,77 + 5,91 + 15,56 + 2,00) = 0,15 \times 249,53 = 37,43\text{m}^3$

9.18. Reaterro Manual
Idem item 10.17.

9.19. Instalação de dispositivos

9.19.1. Dispositivo DPS Classe II
1 unidade x 4 = 4 unidades

9.19.2. Eletricista
0,5 horas x 4 = 2 horas

9.19.3. Auxiliar de Eletricista
0,5 horas x 4 = 2 horas

10. MOBILIÁRIO

10.1. Lixeira Metálica
6 unidades, conforme Projeto Arquitetônico.

10.2. Banco em Concreto
9 unidades, conforme Projeto Arquitetônico.

10.3. Corrimãos e guarda-corpos em aço carbono
O cálculo final desconta a metragem dos montantes, cujo quantitativo é apresentado a parte.

Corrimãos: $2 \times 2 \times (8 \times 0,70 + 8 \times 0,30 + 2 \times 9,60 + 2,16 + 2 \times 2,50 + 2,60 + 2 \times 6,43 + 2,65 + 2 \times 3,72 + 1,81 + 5,89 + 8,82) + 2 \times (5,59 + 5,89 + 8,52 + 8,82) = 4 \times 61,72 + 2 \times 28,82 = 246,88 + 57,64 = 304,52\text{m}$

Guarda-corpos: $2 \times (8 \times 0,70 + 2 \times 9,60 + 2,16 + 2 \times 2,50 + 2,60 + 2 \times 6,43 + 2,65 + 2 \times 3,72 + 1,81 + 5,59 + 8,52) = 2 \times 73,43 = 146,86\text{m}$



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

Montantes: $1,05 \times (24 + 14 + 22 + 24 + 14) = 102,90\text{m}$
Total, desconsiderando os montantes: $304,52 + 146,86 = 451,38\text{m}$

10.4. Placa Interpretativa Pequena

2 unidades, conforme Projeto Arquitetônico.

10.4.1 Chapa de Aço E = 1,11mm

$7,96\text{kg} \times 2 = 15,92\text{kg}$

10.4.2 Chapa de Aço E = 1,95mm

$0,34\text{kg} \times 2 = 0,68$

10.4.3 Serralheiro

2 horas x 2 unidades = 4 horas

10.4.4 Auxiliar Serralheiro

2 horas x 2 unidades = 4 horas

10.4.5 Pintura com tinta metálica

$0,80\text{m}^2 \times 2 = 1,60\text{m}^2$

10.4.6 Pintura Esmalte com tinta metálica

$1,60\text{m}^2 \times 2 = 3,20\text{m}^2$

Natália Albuquerque de Azevedo



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025

**MINUTA DE CONTRATO DE
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA EM PARA
REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DOM
EDUARDO, BEM TOMBADO, NO
MUNICÍPIO DE COROMANDEL/MG E A
EMPRESA/LICITANTE.....**

O MUNICÍPIO DE COROMANDEL/MG, inscrito no CNPJ n.º 18.591.149/0001-58, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. **Fernando Breno Valadares Vieira**, e doravante designada simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado a Empresa/Licitante, CNPJ/ CPF n.º, estabelecida na cidade de, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), CPF n.º daqui por diante, denominada simplesmente CONTRATADA e tem entre si, justo e contratado e celebram, por força do presente instrumento, atendendo ao disposto no Parágrafo Único do artigo 53, da Lei nº 14.133/2021, em conformidade com o constante do Processo **Licitatório nº 037/2025**, na modalidade **Concorrência Eletrônica nº 001/2025**, o presente CONTRATO, que reger-se-á pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, Decretos Municipais nº Decretos Municipais nº 256/2023 e nº 263/2023, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1. O presente contrato tem por objeto **MINUTA DE CONTRATO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PARA REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DOM EDUARDO, BEM TOMBADO, NO MUNICÍPIO DE COROMANDEL/MG**, conforme itens constantes do Projeto Básico, Projetos, Planilhas e Cronogramas, partes integrantes deste instrumento, em quantitativos a serem informados pela contratante, através de requisições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 – Os serviços objeto deste Contrato serão executados pelo regime de *CONTRATAÇÃO*



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 –

POR EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, nos termos do artigo 6º, inciso XXXVIII, e art. 46, inc. II, ambos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO

3.1 – O valor total da contratação é de R\$ (.....)

3.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Projeto Básico.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 As regras, condições de pagamento e demais procedimentos correlatos estão estabelecidos no Projeto Básico.

CLÁUSULA SEXTA - DAS MEDIÇÕES E DOS ADITIVOS

6.1. O pagamento será feito por medição mensal, assistida pela CONTRATADA, de acordo com os quantitativos apurados pela fiscalização e apoio, tendo por base o orçamento e planejamento proposto pela CONTRATADA.

6.2. As medições serão ainda cumulativas, e efetuadas sobre o total realizado no período, sendo que os eventos impugnados pela fiscalização não serão considerados até a sua correção total.

6.2.1. Para fins de remuneração da “Administração Local”, o pagamento será proporcional à execução financeira do contrato, observado o efetivamente executado, não podendo ser alterado.

6.3. Critério de aceitabilidade: A aceitabilidade da obra está condicionada: à correta execução do projeto de engenharia; ao acompanhamento e atestado dos serviços pela fiscalização; aos relatórios de controle da qualidade, contendo os resultados dos ensaios e determinações devidamente interpretados, caracterizando a qualidade do serviço executado e aos requisitos impostos pelas normas vigentes da Prefeitura Municipal.

6.4. Alterações por necessidade de adequações técnicas do Projeto contratado poderão acarretar acréscimos contratuais apenas se decorrerem de fatos supervenientes à elaboração da proposta, como alterações normativas e indisponibilidade de materiais no mercado.

6.5. A assinatura do presente Contrato implica a concordância da Contratada com a adequação de todos os projetos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

ajuste, a qual aquiesce que eventuais alterações quantitativas ou qualitativas que decorram de erros, falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos dos projetos não serão causa de qualquer forma de acréscimo de valor ao Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

7.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Projeto Básico.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 O prazo de vigência contratual terá início a contar da data da assinatura do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e terá duração de **05 (cinco) meses**.

PARÁGRAFO ÚNICO: A obra/os serviços será(ão) executada(os) levando-se em consideração as ordens de serviço emitidas.

8.2 O prazo máximo para execução do objeto será de **05 (cinco) meses**, contados da data da expedição, pelo Município de COROMANDEL/MG, da Ordem de Serviços, de conformidade com o(s) cronograma(s) físico-financeiro(s).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo estabelecido no “caput” desta cláusula poderá ser prorrogado, através de Aditivo Contratual, caso ocorra motivo plenamente justificado e aceito pelo Município de COROMANDEL/MG, mantidos os preços e demais condições previamente estabelecidas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A fiscalização não acatará solicitação de aditivo de prorrogação do prazo de vigência de execução da obra, bem como de realinhamento de preços, quando o atraso ocorrer por falta de gerenciamento da obra pela contratada, sem justificativa plausível.

CLÁUSULA NONA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

9.1. As despesas decorrentes com o objeto desta licitação são as seguintes:

Ficha: 1253 - Dotação: 02.02.05.09.13.392.0009.00.2.241.4.4.90.51.00.00 – Recurso FUMPAC (Fundo Municipal do Patrimônio de Coromandel)

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1. As regras da garantia constam no Projeto Básico.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

11. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Projeto Básico.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E CONTROLE DA OBRA, DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA, RESPONSABILIDADE CIVIL

12.1. O planejamento operacional dos serviços constantes deste contrato como as aquisições, contratações de mão de obra, licenças, sinalizações, equipamentos, softwares e hardwares, instalações e todos os insumos necessários à execução dos serviços são de responsabilidade da Contratada.

12.1.1. Todo e qualquer atraso injustificado será passível de pagamento de sanções contratuais.

12.1.2. Em caso de avanço no cronograma, o adiantamento de qualquer parcela, somente poderá ocorrer em caso de consulta formal Prefeitura Municipal e solicitação de alteração do cronograma de desembolso, devendo a contratada fornecer juntamente com a solicitação de alteração do cronograma de desembolso, e o novo cronograma físico x financeiro.

12.2. Representará a CONTRATADA na execução do ajuste, como preposto, os profissionais indicados na sua HABILITAÇÃO.

12.3. O Engenheiro Responsável Técnico indicado na proposta da empresa deverá efetivamente trabalhar na execução da obra e/ou serviço.

12.4. A CONTRATADA será responsável por qualquer reparo ou conservação da obra durante 60 (sessenta) dias após o seu recebimento definitivo, sem prejuízo das responsabilidades previstas no Artigo 140, §2º, da Lei nº 14.133/2021 e artigo 618, do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13. As infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Projeto Básico.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

14. O presente contrato/ata poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 137 a 139 da Lei 14.133/21.

Parágrafo único - Na ocorrência de rescisão, por conveniência administrativa, a CONTRATADA será notificada.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

15.1 As partes garantem que tomarão todas as medidas de segurança, de governança e boas práticas no tratamento de dados e informações. A adequação das medidas deverá levar em conta a Lei 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e diretrizes, padrões técnicos e boas práticas à serem determinadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, o que poderá incluir selos, certificados e códigos de conduta regularmente emitidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

16.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

16.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

16.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

16.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
- ADM 2025/2028 -

valor inicial atualizado do contrato.

18.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO REAJUSTAMENTO E DO REEQUILÍBRIO

19.1 As regras acerca do reajustamento e do reequilíbrio são as estabelecidas no Projeto Básico.

CLÁUSULA VIGÉSSIMA - DA VALIDADE E PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

CLÁUSULA VIGÉSSIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, é competente o Foro da Comarca de Coromandel/MG.

E, para firmeza e como prova de haver, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente Termo de contrato, que depois de lido e achado conforme, é assinado, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, pelas partes CONTRATANTES, tendo sido arquivado no Município de Coromandel/MG, com registro de seu extrato, e dele extraídas as cópias necessárias.

Coromandel/MG, de de

PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
FERNANDO BRENO VALADARES VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: